

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

**Destaque: Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco
ou o MME:**

O Globo

Título: Temer sob pressão	6
Título: Esforço de contenção	9

Folha de S. Paulo

Título: Elsinho Mouco e a vírgula	13
Título: Caminhoneiros param contra preço do diesel	16

O Estado de S. Paulo

Título: Temer vai explicitar apoio a Meirelles	21
Título: Alta de 56% no diesel em 10 meses leva a protestos e governo promete medidas ...	22

Correio Braziliense

Título: Pressão contra a alta dos combustíveis	28
--	----

Valor Econômico

Título: Governo discute redução da frequência de repasses	39
Título: Sinais de interferência levariam à reação na estatal	41

Sumário

VEÍCULO: O Globo	3
Título: Dilema do combustível	3
Título: Impasse na lama	5
Título: Temer sob pressão	6
Título: Esforço de contenção	9
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	13

Título: Elsinho Mouco e a vírgula	13
Título: Demanda por gás pode desacelerar extração de óleo do pré-sal no futuro	14
Título: Bolsonaro diz ter reservas em privatizar Eletrobras	15
Título: Caminhoneiros param contra preço do diesel.....	16
Título: Movimento pede revisão nos reajustes e corte de tributos.....	17
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	19
Título: Cotações altas do petróleo afetam o País	19
Título: Discussão sobre gasolina tenta preservar Parente	20
Título: Temer vai explicitar apoio a Meirelles	21
Título: Alta de 56% no diesel em 10 meses leva a protestos e governo promete medidas ...	22
Título: Caminhões bloqueiam estradas em 19 estados	24
Título: Alta do petróleo está ligada a questões geopolíticas	25
Título: Efeito na inflação é pequeno, dizem analistas.....	26
Título: Governo vai desbloquear R\$ 2 bi do Orçamento.....	27
VEÍCULO: Correio Braziliense	28
Título: Pressão contra a alta dos combustíveis.....	28
Título: Risco no orçamento	31
Título: Manifestações se espalham pelo país	32
Título: Consumidores reclamam dos aumentos	33
Título: O pulo do governo no plenário da Câmara.....	35
VEÍCULO: Valor Econômico	35
Título: Petróleo e dólar em alta põem governo sob pressão.....	35
Título: Dilema entre eleitor e mercado pode não agradar a ninguém	38
Título: Governo discute redução da frequência de repasses.....	39
Título: Sinais de interferência levariam à reação na estatal	41
Título: Autônomos, donos de caminhões paralisam rodovias em 18 Estados	43
Título: País aprova sanções ao aço da China, mas suspende a decisão.....	45
Título: Com receita maior, governo deve liberar recursos hoje	45
Título: Greves, petróleo e câmbio.....	47
Título: Consumo brasileiro de aço mantém ritmo de reação	49
Título: Cosco planeja ampliar presença no mercado nacional	51
Título: América Latina muda e atrai maiores petroleiras mundiais.....	52
Título: Corpus assina contrato de compra de 200 caminhões de lixo elétricos	54
Título: Destaques	55

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: Miriam Leitão****Título: Dilema do combustível**

No arsenal de medidas contra a alta dos combustíveis não há solução boa. O governo pensa em reduzir impostos, e a reunião do presidente Temer com a Petrobras aumenta o risco de intervenção nas decisões da empresa.

No governo Dilma houve as duas coisas: redução de tributos e intervenção na Petrobras. Só à estatal isso custou US\$ 40 bilhões. Perdeu-se receita sem que houvesse ganho para o país.

Que o dilema apareceria era previsível. Os preços oscilaram conforme as cotações internacionais enquanto não tinham disparado. Mas agora o barril está acima de US\$ 80. Entre o dia primeiro de maio e esta terça-feira, a gasolina foi reajustada pela Petrobras em 15,5% e o diesel subiu 13,6%. Um aumento nessa proporção pesa ainda mais porque a economia está tentando se recuperar de uma longa recessão, e o percentual parece desproporcional para um país que está com inflação abaixo de 3% ao ano. Além disso, a eleição está chegando, e a tentação intervencionista aumenta. Diante disso, fazer o quê? Repetir os erros do passado?

Parece justo evitar a alta dos preços da gasolina, dado que esse não é o custo da Petrobras, e sim o valor da cotação externa. Esse raciocínio sempre aparece nas campanhas eleitorais na boca dos candidatos. O problema é que na economia se trabalha com o conceito de custo de oportunidade. Se a Petrobras exportar terá esse ganho. Se vender aqui mais baixo — por imposição governamental — terá prejuízo. A empresa passa, então, a ser usada pelos governantes para fazer política de preços. Esse tipo de intervenção na estatal prejudica principalmente o seu maior acionista, o Tesouro.

Fazer populismo com o preço dos combustíveis é um caminho sem volta. Nos governos do PT isso prejudicou os cofres públicos e a empresa. Primeiro, a Cide passou a ser reduzida até ser zerada, depois outros impostos foram diminuídos, a empresa passou a absorver o custo. Chegou a importar mais caro do que vendia. Criou-se um círculo vicioso. O subsídio aumentava, isso estimulava o consumo, o que elevava o prejuízo da Petrobras e piorava a perda tributária. O

subsídio aos combustíveis fósseis durou anos, não evitou a inflação, o preço represado um dia teve que ser corrigido, e o setor de etanol entrou em crise.

O governo Temer discutiu ontem a possibilidade de reduzir tributo para que a alta dos combustíveis não seja tão alta. O problema é de onde tirar. Quase metade do preço da gasolina é imposto, 45%, sendo que desse percentual os estados ficam com 29 pontos através do ICMS, e 16 pontos percentuais são PIS/Cofins e Cide, segundo a Petrobras.

O consultor e especialista em energia Adriano Pires acha que o menos prejudicial seria se a base sobre a qual incide o ICMS fosse fixada em um preço como R\$ 4,00. Eles teriam a sua arrecadação e não mexeriam na alíquota que é de 25% em São Paulo e de 34% no Rio. Mas acha que os estados não vão aceitar. Ele lembra que se o governo diminuir imposto sobre combustível fóssil terá também que diminuir o tributo sobre o etanol.

— Na verdade, a melhor forma de fazer essa mitigação das oscilações cíclicas dos preços de petróleo seria ter uma Cide alta quando a cotação caísse, e baixa quando o preço internacional subisse — disse Pires.

A Cide foi pensada para funcionar dessa forma, com uma alíquota flexível. O que houve é que o governo passado zerou o imposto e quando ele voltou foi com um valor muito baixo. O governo Temer preferiu aumentar o PIS e o Cofins.

A Petrobras argumenta que tem controle apenas sobre um pedaço da cadeia de custos, que é o preço da gasolina nas refinarias. Segundo a empresa, isso representa 32% do valor final nos postos de gasolina. Sobre todo o resto, o preço do etanol que é misturado, os impostos, as margens da distribuição e revenda, ela não tem ingerência. Para evitar a confusão, passou a divulgar o preço na refinaria.

— O petróleo é preço cíclico. Agora está subindo por causa da Síria, acordo com Irã, Venezuela. Além disso, o príncipe herdeiro da Arábia Saudita quer fazer um IPO da Saudi Aramco e está forçando o preço com corte de produção — conta Adriano.

O custo é de fato influenciado por fatores geopolíticos, mas o Brasil já tentou diversas vezes controlar o preço do combustível e só criou distorções na economia. O risco é repetir os erros do passado.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Colunas****Autor: José Casado****Título: Impasse na lama**

Está virtualmente fechado um dos maiores negócios da indústria de mineração. Os executivos Fabio Schvartsman, da Vale, e Andrew Mackenzie, da australiana BHP Billiton, chegaram a um acordo sobre o futuro da Samarco. Se mantido, a Vale deverá anunciar em breve a compra da participação (50%) da sócia Billiton no controle da empresa, cujas operações estão paralisadas há dois anos. Schvartsman e Mackenzie lideram dois dos maiores e lucrativos grupos mundiais de mineração. São, também, responsáveis pelo atual impasse nas ações da subsidiária para restaurar vida e paisagem numa área de 70 mil quilômetros quadrados, entre Minas e Espírito Santo, devastada no rompimento de uma barragem de rejeitos da Samarco em Mariana (MG). É o maior desastre ambiental no país.

Schvartsman herdou o problema do antecessor, Murilo Ferreira, que deixou a Vale há 14 meses. Já se passaram 890 dias desde a quinta-feira 5 de novembro de 2015, quando uma avalanche de compostos quimicamente estáveis (éter, arsênio, cádmio, mercúrio, chumbo, manganês e ferro, entre outros) se espalhou por 800 quilômetros da Bacia do Rio Doce até o Atlântico. Sob a lama foram encontrados 17 cadáveres. Até agora, no entanto, a subsidiária comandada por Schvartsman e Mackenzie fez muito pouco sobre as sequelas. É o que demonstram relatórios do Ministério do Meio Ambiente, Ibama, governos de Minas e do Espírito Santo, dos municípios e do Comitê da Bacia do Rio Doce. Em janeiro, esses organismos fizeram uma revisão do acordo (“Termo de Transação e Ajustamento de Conduta”) assinado pela Samarco e seus acionistas, Vale e BHP Billiton. Concluíram que as empresas descumpriram os compromissos de forma “reiterada e inequívoca”.

Cobram “soluções eficazes e definitivas antes do próximo período chuvoso”, a partir de outubro, para evitar “a continuidade da poluição”. As empresas responderam no mês seguinte, com 8,6 mil palavras distribuídas em 24 páginas sob o timbre da fundação criada para reparações no Rio Doce. Delas sobressaem verbos sobre um futuro indeterminado e expressões sobre o presente incerto, como “planos em elaboração”, “alternativa estudada”, “solução em fase de projetos”, “estudos complementares”, “monitoramento adicional em andamento”, e, “em avaliação”. Nem o tratamento da água dos rios está sendo feito. Tecnologia específica foi identificada, informa a fundação. É usada em canais de esgoto urbano. Até foram feitos “testes”, porém, “não foram avaliadas as questões da biodiversidade, nem as autorizações para aplicar produtos químicos diretamente” nos rios.

Mês passado, o Ibama analisou as explicações e propostas. Definiu como “superficiais”, “excessivamente conceituais”, “sem esclarecimentos ou conteúdos técnicos relevantes” e “inconsistentes”. Concluiu que as empresas adotaram a tática do rodízio: entregam cronograma, em seguida, atualizam e, logo, adiam. São posturas defensivas, para contenção de danos às imagens corporativas — a BHP Billiton fez algo parecido em 1984, na Papua Nova Guiné, quando lançou 80 mil toneladas de compostos de cobre, cádmio e zinco nos rios Ok Tedi e Fly e envenenou a floresta. Schvartsman e Mackenzie somam 80 anos de experiência em administração de empresas. Ainda têm chance de resgatar seu histórico de executivos bem-sucedidos da lama química da Samarco.

VEÍCULO: O Globo

Seção: O País

Autor: Cristiane Jungblut E Robson Bonin

Título: Temer sob pressão

MDB quer que presidente anuncie desistência da reeleição e abra caminho a Meirelles

BRASÍLIA - Isolado dentro do MDB, o presidente Michel Temer participará hoje do lançamento do documento “Encontro para o futuro”, da Fundação Ulysses Guimarães, em Brasília, pressionado por seus colegas de partido a anunciar publicamente que não será candidato à reeleição. Estimulado por diferentes diretórios do MDB a lançar a pré-candidatura do ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles, Temer se mantinha, até ontem à noite, reticente em decretar o fim de sua carreira política. Presidente mais impopular da história, com apenas 7% de aprovação, Temer tornou-se um fardo para os colegas de partido que disputarão as eleições de outubro.

Decretar o fim das aspirações eleitorais do presidente e relegar seu governo ao passado é o desejo da maioria dos líderes do MDB, que pretendem levar aos holofotes a pré-candidatura de Meirelles como uma tentativa de tirar de cena o governo Temer a seis meses do fim. O presidente do MDB, senador Romero Jucá (RR), formatou o encontro da Fundação para forçar uma aclamação de Meirelles. Daí a intenção da cúpula do partido de usar o documento para discutir propostas para o futuro. Até ontem à noite, estava prevista uma fala de Temer no evento sobre economia, mas havia dúvida sobre o anúncio da desistência presidencial.

LARGADA DE NOVA CANDIDATURA

Há dez dias, O GLOBO revelou os bastidores da conversa que Temer teve com Meirelles no Palácio da Alvorada, em que confirmou ao aliado a intenção de não

disputar as eleições. A demora em oficializar a decisão, no entanto, passou a provocar o descontentamento das lideranças do MDB. As articulações para convencer o presidente a anunciar o apoio a Meirelles se estenderam por todo o dia de ontem. Enquanto Temer ouvia seus ministros mais próximos, como o chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, e o **Ministro De Minas E Energia, Moreira Franco**, contrários ao anúncio por considerar que ele precipitaria o fim político do governo, integrantes do parlamento articulavam para pressionar Temer a fazer o anúncio. Pela manhã, Meirelles foi à sede da Fundação Ulysses Guimarães, no Lago Sul, para uma conversa com o coordenador do projeto eleitoral de Michel Temer, o secretário-executivo da Fundação Ulysses Guimarães, João Henrique de Almeida Sousa.

O encontro, segundo revelou ao GLOBO uma fonte palaciana, terminou com o entendimento de que seria necessário convencer o presidente a desistir. — Amanhã, você fala como candidato, que eu vou convencer o presidente a anunciar o seu nome — disse João Henrique a Meirelles. Temer foi avisado de que os parlamentares do MDB querem que ele desista oficialmente de sua candidatura, durante o evento de hoje, e que o partido dê a largada na candidatura de Meirelles. Ontem, a bancada do Senado reagiu mal à informação de que Temer não desistiria com todas as letras, para manter o controle das negociações. Houve irritação com o núcleo palaciano, que está aconselhando Temer a não ter pressa.

ATÉ MARUN FALA EM MEIRELLES

Depois de participar de um ato político em favor da candidatura de Meirelles no Mato Grosso do Sul, no fim de semana, a líder do MDB no Senado, Simone Tebet (MS), disse ontem que o partido não pode mais esperar para lançar o nome do ex-ministro. Os defensores da candidatura de Meirelles avaliam que é preciso dar tempo ao ex-ministro para ver se sua candidatura decola nas pesquisas até as convenções de julho. A indefinição de Temer só atrapalharia esse propósito. — Houve a pressão de alguns ministros para que o presidente não oficializasse a sua não candidatura. Acredito que o presidente deve ter se convencido de que não dá mais para esperar. Já sabemos que ele não é candidato.

Se ele não oficializa isso, daqui a pouco não se consegue viabilizar uma candidatura — disse Simone Tebet. O apoio ao nome de Meirelles vem crescendo nos últimos dias. Espécie de porta-voz de Temer, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marum, praticamente anunciou a candidatura do ex-ministro durante o evento no Mato Grosso do Sul, no último sábado. — Vamos fazer barba, cabelo e bigode. (Waldemir) Moka senador, André (Puccinelli) governador e, quem sabe, Meirelles, o nosso presidente da República — discursou o ministro.

Ontem à noite, o ex-ministro da Fazenda foi a Belo Horizonte e voltou a colher manifestações favoráveis de emedebistas ao seu nome. — Se você for o candidato do MDB, Minas estará com você — disse Toninho Andrade, vice governador de Minas Gerais e pré-candidato ao governo nas prévias do MDB. — Meirelles é o nosso candidato. Você ajudou a dar rumo ao país — disse Leonardo Quintão, outro pré-candidato nas prévias do MDB ao governo mineiro.

IDAS E VINDAS DO PRESIDENTE SOBRE REELEIÇÃO

Abril 2016

Antes do cargo, favorável até ao fim da reeleição

Então vice-presidente, Michel Temer diz que não disputaria a reeleição, em 2018, se assumisse a Presidência, após o impeachment de Dilma Rousseff. Em abril de 2016, ele declara até que seria favorável a uma proposta de fim da reeleição, se ela fosse apresentada ao Congresso Nacional. O acordo foi construído com os partidos que estavam na oposição a Dilma, como uma forma de atraí-los.

Maio 2016

Ainda interino, negativa categórica

Em entrevista ao “Fantástico”, da TV Globo, o então presidente interino Michel Temer nega categoricamente a intenção de disputar a reeleição: “Eu estou negando a possibilidade de uma eventual reeleição, até porque isso me dá maior tranquilidade, eu não preciso praticar gestos ou atos conducentes a uma eventual reeleição”, diz Temer, acrescentando que pretende “pacificar o país”.

Outubro 2017

Após Congresso barrar denúncias, ideia surge

Com a aprovação de algumas medidas econômicas no Congresso, Temer começa a cogitar uma candidatura, mas é atingido pelas denúncias de Joesley Batista, que geram duas denúncias da PGR. Em outubro de 2017, a Câmara barra a segunda denúncia, e em seguida o Planalto começa a pavimentar uma possível candidatura à reeleição. Oficialmente, porém o governo não admite a possibilidade.

Fevereiro 2018

Com intervenção no Rio, marqueteiro o lança

Logo após o anúncio da intervenção militar no Rio de Janeiro, o marqueteiro Elsinho Mouco é o primeiro assessor próximo do presidente a admitir publicamente que ele seria candidato à reeleição. “Ele já é candidato. A vela

está sendo esticada. Agora começou a bater um ventinho”, animava-se Elsinho, em entrevista ao colunista do GLOBO Bernardo Mello Franco.

Março 2018

“Seria covardia não ser candidato”

Ao ser questionado por jornalistas sobre a possibilidade de disputar a reeleição, Temer responde: “Não é improvável. Mas não decidi ainda”. Poucos dias depois, admite a candidatura, declarando que “seria uma covardia não ser candidato” e que pretendia defender, ele mesmo, o legado de seu governo. Temer diz que ideia de se candidatar surgira “um mês e meio” antes pelo temor de não haver quem defendesse o governo.

Maio 2018

Aprovação baixa e repúdio popular em SP

Um mês depois de praticamente confirmar que seria candidato à reeleição, Temer decide comparecer ao local do desabamento de um prédio no Centro de São Paulo, que era ocupado por sem-teto para prestar apoio às vítimas. Com apenas 5% de aprovação nas pesquisas, a estratégia foi considerada um fracasso, e o presidente precisou sair às pressas, protegido por seguranças, diante dos protestos.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Geralda Doca, Cristiane Jungblut, Ramona Ordonez, Bruno Rosa e Ronaldo

Título: Esforço de contenção

Após protesto, governo discute com Petrobras alta de combustível. Gasolina sobe pela 12ª vez no mês

-Brasília, Rio e São Paulo- Em meio a protestos de caminhoneiros que bloquearam estradas em 20 estados contra o aumento do diesel, o presidente Michel Temer convocou ontem uma reunião de emergência no Palácio do Planalto com a equipe econômica e ministros da área política, na tentativa de encontrar uma solução para os sucessivos reajustes nos preços dos combustíveis. A medida daria alívio aos consumidores no ano eleitoral. Segundo o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, Temer quer maior “previsibilidade” na fixação dos preços que são reajustados diariamente pela Petrobras de acordo com a cotação no mercado internacional. Somente este mês, a Petrobras anunciou 12 reajustes dos preços da gasolina e dez do diesel nas refinarias. O presidente da estatal, Pedro Parente, foi convidado a ir a Brasília para discutir o

assunto. Ele se reunirá com o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia e com o **ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, na manhã de hoje.

— O presidente mostrou-se preocupado com o aumento constante no preço dos combustíveis e gostaria de ver isso resolvido de forma mais palatável por parte dos cidadãos, dos caminhoneiros, dos usuários. O que vamos tentar agora é ver se encontramos um ponto em que se possa ter um pouco mais de controle. O presidente manifestou interesse em rever a situação e ver se temos condições de fazer com que o preço seja previsível — afirmou Padilha, acrescentando: — O preço é internacional, a Petrobras trabalha com preços internacionais, apenas vamos ver se conseguimos trabalhar com uma variação não tão contumaz quanto a que está acontecendo, porque ela é praticamente diária. Temos que dar uma atenção, sim, e vamos ter algo a dizer aos caminhoneiros.

GUARDIA VETA REDUÇÃO DE IMPOSTO

O tema é sensível pois a nova política de preços da Petrobras é considerada uma das conquistas da atual gestão da companhia. Ontem, a estatal reajustou a gasolina na refinaria em 0,9% para R\$ 2,086. Já o diesel subiu 0,97%, para R\$ 2,371 a partir de hoje. Sobre o preço nas bombas incidem ainda impostos e margem dos revendedores.

Já o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, disse que o governo tomará uma decisão com base na "responsabilidade" e que a intenção é que seja uma medida concreta, com resultado para o consumidor:— A reunião convocada pelo presidente (ontem) é uma demonstração da preocupação que ele tem com a questão. Mas estamos tratando a questão com responsabilidade. O que temos que garantir é que qualquer medida tenha resultado prático, que chegue à bomba. Sabemos que uma política equivocada de preços quase levou a Petrobras à bancarrota.

O próprio Padilha, que foi ministro dos Transportes, está atento ao desgaste que um movimento prolongado dos caminhoneiros poderia gerar, segundo fontes. Antes da reunião no Palácio, os presidentes da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do Senado, Eunício Oliveira, informaram em nota a realização de uma sessão das duas Casas para discutir o aumento no preço dos combustíveis, amanhã.

— Colocamos na pauta o debate porque é importante encontrar uma solução. Não dá para ter este impacto do preço do combustível e gás de cozinha no orçamento dos brasileiros — disse Maia.

Ele destacou que a mudança na sistemática de correção de preços pela Petrobras, que, em meados do ano passado, começou a repassar para o consumidor interno as variações do produto no mercado internacional, com maior frequência, acabou tendo um "impacto muito grande na vida das pessoas"

O Planalto também tenta como alternativa uma redução da carga tributária sobre combustíveis, como mudanças nas alíquotas do PIS/Cofins e da Cide. O entorno do presidente Michel Temer alega que há espaço para mexer em tributos porque, apesar de a economia estar crescendo menos, a arrecadação manteve bom desempenho. Um dos motivos foi justamente a alta dos preços do petróleo, o que ajudou a reforçar a arrecadação de royalties. Somente entre janeiro e março, esse recolhimento ficou em R\$ 10,6 bilhões, o que representa um crescimento de quase 32% sobre o ano passado. O ministro Eduardo Guardia, no entanto, é totalmente contra essas mudanças. Ele também defende a manutenção da atual política de preços da Petrobras.

Segundo técnicos do governo, quem tem pressionado por ajustes na estratégia da estatal é Moreira Franco. Ainda na Secretaria-Geral da Presidência, Moreira mobilizou o governo e acionou o Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência (Cade) para saber o motivo de as reduções nos combustíveis não estarem chegando aos consumidores. O órgão apura a existência de cartéis, combinação de crimes, crime de concorrência.

PERIODICIDADE DE REAJUSTE

De acordo com fontes próximas à estatal, qualquer tipo de interferência na política de preços seria mal recebida pelo Conselho de Administração da companhia e poderia resultar, inclusive, na saída de integrantes. Procurada, a Petrobras não quis comentar o assunto. O presidente da estatal, Pedro Parente, chegou ontem de férias e participou da reunião da diretoria executiva da companhia.

O especialista Adriano Pires, sócio do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), avalia que não é justo que o consumidor pague sozinho por todo o aumento do preço dos combustíveis causado pelo avanço da cotação do petróleo no mercado internacional. Segundo ele, o governo deve reduzir os impostos ou a Petrobras deve alterar a periodicidade dos reajustes.

— Essa é uma boa hora para se trazer a discussão da redução dos impostos nos combustíveis. Geralmente é isso que ocorre nos mercados desenvolvidos quando o preço do petróleo sobe com força. O governo pode reduzir o PIS/Cofins e iniciar uma conversa com os estados para reduzir o ICMS, já que há aumento na arrecadação dos royalties. Mas a mudança nos impostos da

gasolina, por exemplo, deve ocorrer com o etanol também para não desequilibrar o mercado — disse Pires.

Mas Pires admite que cortar impostos no cenário atual seria difícil para o governo. Uma alternativa, segundo ele, seria mudar a periodicidade do reajuste de diária para semanal.

— Isso trará mais previsibilidade e não traria diferenças para a Petrobras. O que não pode é o governo querer congelar preços, como era antes. Isso seria um retrocesso.

Um analista do mercado financeiro que pediu para não ser identificado avaliou que a atual preocupação do governo é com as eleições e o impacto que o aumento dos preços dos combustíveis pode ter sobre os eleitores. Com a instabilidade no cenário internacional, o Bank of America já estimou que o preço do barril pode chegar a US\$ 100 em 2019.

PNEUS QUEIMADOS EM PROTESTO

Com protestos de caminhoneiros em 20 estados, de acordo com mapa de manifestações no site da Polícia Rodoviária Federal (PRF), o presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes, disse ontem que a intenção é continuar com as manifestações até que o governo apresente uma solução para o aumento do combustível: — Houve dia e hora para começar, mas não tem data para terminar.

Segundo Lopes, a orientação é para que os caminhoneiros cruzem os braços, mas não prejudiquem a passagem de caminhões com gêneros perecíveis e cargas vivas. No caso do combustível, a ordem é não abastecer o tanque. No governo, a orientação dada à Advocacia-Geral da União (AGU) é entrar na Justiça para evitar bloqueio das vias. O órgão informou que obteve decisões favoráveis nos estados de Minas Gerais, Paraíba, Paraná e Rondônia. A AGU está trabalhando em parceria com Polícia Rodoviária Federal. O sindicato que descumprir a decisão será multado.

No fim da tarde de ontem, um grupo usou pneus queimados para fechar mais algumas vias da Região Metropolitana de São Paulo. Houve interdições em uma pista da Rodovia Régis Bittencourt (BR-116), que liga a capital paulista à região Sul; na Fernão Dias (BR 381), que liga São Paulo a Belo Horizonte (MG).

A categoria também protestou no início da Via Dutra, na chegada a Guarulhos, na Rodovia Anchieta, que leva ao Porto de Santos, e na Avenida Jacu-Pês-sego, que liga a região central da capital paulista com a Zona Leste. Fechou ainda trechos da Marginal Tietê, segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), e da Marginal Pinheiros.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção:** Opinião**Autor:** Álvaro Costa e Silva**Título:** Elsinho Mouco e a vírgula

Rio de Janeiro- Senão parar na cadeia depois (e mesmo assim, em muitos casos, a cana é breve e leve, pois pode ser curtida na própria casa), dar uma de marqueteiro é das melhores e mais bem pagas profissões que se pode exercer no país da informalidade, do emprego intermitente e dos milhões de desalentados —que é como o LBGE define as pessoas que deixaram de procurar uma vaga de trabalho porque avaliam que não vão conseguir.

Elsinho Mouco não possui cargo formal no governo, mas tem um gabinete no quarto andar do Palácio do Planalto, próximo das salas dos ministros Eliseu Padilha e **Moreira Franco**, o núcleo duro do poder sob Temer. A revista Época fez um perfil dele, por Bela Megale, no qual se afirma que Elsinho usa gel nos cabelos, não é um profissional de primeira linha, não tem grandes campanhas no currículo e nenhum candidato venceu uma eleição graças a sua inventividade.

Antes mesmo do impeachment de Dilma, aproveitou o dístico positivista da bandeira nacional, Ordem e Progresso, para ser o mote da mudança. Modesto, espalhou que a sacada tinha sido de Michelzinho, o filho do presidente, na época com 7 anos. No auge da crise provocada pela delação do empresário Joesley Batista, soprou ao ouvido de Temer a frase "Não renunciarei". Elsinho sugeriu usar o "Tem que manter isso" como bordão publicitário das realizações reformistas. Mas — que pena!— não agradou.

O marqueteiro está por trás da intervenção na segurança do Rio de Janeiro, negociada nos bastidores como uma oportunidade para deslanchar a campanha à reeleição de Temer, um dos presidentes mais impopulares da história. E do slogan escolhido para exaltar os dois anos do patrão no cargo —"O Brasil voltou, 20 anos em2-, o qual, interpretado como ato falho, foi cancelado.

Como síntese, é perfeito: resume o período de Temer no governo a uma vírgula. Mal empregada.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Colunas****Autor: Maria Cristina Frias****Título: Demanda por gás pode desacelerar extração de óleo do pré-sal no futuro****Mercado Aberto :**

A extração de óleo das reservas do pré-sal poderá ser mais lenta que a possível por causa da falta de um mercado pujante do gás que sai dos campos, segundo associações e técnicos do segmento. Os campos de pré-sal têm os dois tipos de matéria-prima e devem ser extraídos de forma conjugada —ou seja, se não houver vazão para o gás, atrapalha a saída do óleo.

"As reinjeções (espécie de devolução de gás às reservas) já têm aumentado nos últimos meses", afirma Lívia Amorim, especialista do Souto Correa. Projeções da indústria petroleira apontam que o problema pode se agravar a partir de 2023.

O consumo só será suficiente se o preço for baixo —e isso dependerá do custo da infraestrutura de transporte, processamento e distribuição, diz Edmar Almeida, da UFRJ.

"Vai haver demanda, mas não no preço praticado hoje. Gás pode substituir quase todas as outras fontes de energia, mas aqui só existe competição com óleo combustível e GLP (gás de cozinha)."

Os agentes precisam "enfrentar a realidade" e formular um plano para dar vazão ao gás do pré-sal, afirma.

"O gás é caro porque existe um único supridor, a Petrobras, e não há infraestrutura para os outros agentes", afirma Marcelo Mendonça, gerente da Abegás (associação das distribuidoras). Levar o gás até o litoral por meio das rotas de escoamento é um gargalo, diz Juliana Rodrigues, da Abrace (associação dos consumidores).

"Talvez elas possam ser cedidas a petroleiras que não têm participação na infraestrutura com pagamento para usar." A Petrobras é dona, sozinha ou em jointventures, de todos os canais que existem hoje. Procurada, a estatal preferiu não se pronunciar.

Concessionária de SP investe R\$ 300 mi em caminhões elétricos

A Corpus, empresa concessionária responsável pela coleta de lixo em Indaiatuba (SP), vai aportar R\$ 300 milhões, nos próximos cinco anos, para renovar sua

frota de caminhões e usar só veículos elétricos. Foi feito um investimento inicial de R\$ 30 milhões na segunda-feira (21) para os primeiros 21 carros contratados. Serão 200 unidades ao todo. A diretoria da empresa assinou o entendimento na cidade de Shenzhen, na China, com a fornecedora BYD, companhia com quem a Corpus fechou o contrato. A previsão é que os veículos cheguem ao Brasil em setembro deste ano.

Cada caminhão sai por cerca de R\$ 1,5 milhão, mas o custo para mantê-los é mais baixo que os de diesel, afirma Adalberto Maluf, diretor da BYD. A chinesa tem planos para abrir mais uma fábrica no Brasil, o que pode fazer o custo da montagem dos veículos cair, diz o executivo.

A empresa aguarda, no entanto, o anúncio do Rota 203 0, programa de incentivos fiscais ao setor automotivo. Há expectativa que fabricantes de veículos elétricos recebam benefícios ou reduções tributárias, segundo Maluf.

"Boa parte dos 200 caminhões que vendemos já é para [serem feitos] fábricas no Brasil. Nacionalizar a produção pode ter um efeito de redução do preço de até 20%."

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: Lucas Vettorazzo

Título: Bolsonaro diz ter reservas em privatizar Eletrobras

Rio de Janeiro- Pré-candidato à Presidência pelo PSL, o deputado federal Jair Bolsonaro disse nesta segunda-feira (21) ter reservas quanto a uma possível privatização da Eletrobrás. Apesar de ter escolhido Paulo Guedes, economista liberal para assessorá-lo no discurso econômico, Bolsonaro tem dito que é favorável a privatizações de estatais desde que não de áreas estratégicas para o país.

Bolsonaro tem criticado, por exemplo, a compra de ativos de mineração e energia por empresas chinesas. O pré-candidato discursou durante almoço com empresários na ACRJ (Associação Comercial do Rio).

Questionado se concorda ou não com a privatização da Eletrobrás, Bolsonaro disse que "tem que ver o modelo [de venda] ", mas, a princípio, se estivesse na Presidência, reagiria à iniciativa.

"Temos que ver o modelo. A princípio eu reagiria a isso aí. O Brasil não pode ser um país em leilão", disse ele. Minutos antes, durante seu discurso, ele chegou a

dizer que o "Brasil não pode ser inquilino dele mesmo", numa crítica a venda de ativos e recursos naturais do país a empresas estrangeiras.

Ele criticou ainda o alto preço dos combustíveis no país, mas evitou fazer críticas diretas ao modelo de formação de preços da Petrobras. Segundo ele, o combustível é caro no Brasil por fatores que vão desde a alta carga tributária ao que ele chamou de "indústria da multa". Ele não sinalizou para uma possível mudança na política de combustíveis da estatal, caso eleito.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Marcelo Toledo, Natália Portinari e Talita Fernandes

Título: Caminhoneiros param contra preço do diesel

Foram registradas manifestações em 17 estados e no DF; governo anuncia que vai atuar para 'dar previsibilidade' aos reajustes

Descontentes com a política de reajuste do óleo diesel, caminhoneiros fizeram paralisações nas cinco regiões do país nesta segunda-feira (21). Pelo menos 17 estados mais o Distrito Federal registraram manifestações com bloqueios de rodovias, em greve organizada pela Abcam (Associação Brasileira dos Caminhoneiros), que representa motoristas autônomos.

Diante do protesto de proporções nacionais, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que o governo busca soluções para dar previsibilidade sobre o preço de combustíveis.

"O presidente da República, ao convocar a reunião, mostrou-se preocupado com o aumento constante dos combustíveis e ele gostaria de ver isso resolvido de forma mais palatável por parte do cidadãos, dos caminhoneiros e por parte dos usuários do sistema de abastecimento dos combustíveis", disse.

Padilha, contudo, evitou responder a questionamentos sobre quais alternativas o governo busca para conter a alta dos preços.

Ele não quis comentar a possibilidade de alteração na cobrança de impostos, como sugeriu na última sexta-feira (18) **O Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**. Ele também não mencionou alteração na política de preços da estatal.

O ministro da Casa Civil disse apenas que a elevação é resultado de uma política internacional de preços que a Petrobras adotou. Ele justificou a alta do dólar e do barril de petróleo para as oscilações e disse que o governo já agendou uma reunião para terça (22) com dirigentes da petroleira.

“Nós vamos tentar agora é ver se encontramos um ponto em que possa ter um pouco mais de controle nesse ponto [preços] para que os maiores interessados —cidadãos e os transportadores— possam ter mais previsibilidade”, disse minutos antes de participar de uma reunião comandada pelo presidente Michel Temer, no Palácio do Planalto.

Na sexta, Moreira Franco disse que o governo queria discutir a política de preços dos combustíveis no país, diante da escalada recente provocada pela alta do preço do petróleo no mercado internacional. A fala é contraditória ao que foi dito pelo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, em entrevista à TV Globo, descartando a alteração na cobrança de impostos sobre os combustíveis.

Participaram do encontro Temer, Moreira, Padilha, Guardia, Esteves Colnago (Planejamento), e o secretário da Receita, Jorge Rachid. Uma reunião prévia, na noite de domingo (20) já foi realizada no Palácio do Jaburu para tratar do tema.

A agenda desta segunda foi marcada depois de os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), também se manifestaram sobre o assunto. Eles anunciaram uma nota conjunta nesta segunda dizendo que as duas casas devem formar uma comissão para debater o preço dos combustíveis.

“O preço dos combustíveis, no nível em que se encontra, impacta negativamente o dia a dia dos brasileiros”, afirmaram.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor:

Título: Movimento pede revisão nos reajustes e corte de tributos

A paralisação dos caminhoneiros que afetou 18 estados foi sentida especialmente em São Paulo e Minas Gerais. Levantamento da Abcam mostra que Minas foi o estado com mais pontos de paralisação, um total de 15 segundo a entidade. Cerca de 300 mil caminhoneiros pararam em algum momento as atividades no país, conforme a associação.

Os caminhoneiros pedem mudanças na política de reajuste dos combustíveis da Petrobras, com a redução da carga tributária para o diesel, além de isenção da Cide (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico).

“Acreditamos que o objetivo foi atingido. O que está acabando com o transporte rodoviário de carga são os impostos embutidos no óleo diesel”, afirmou José da Fonseca Lopes, presidente da Abcam.

Segundo ele, em média 42% do custo do frete se refere ao diesel e, quando o motorista pega um frete por R\$ 4.000, “não ganha nem para chiclete”. “Ele vende o almoço para comprar a janta, pois está pingando para ele. Não tem ponto de apoio decente, não tem segurança nas rodovias e não está conseguindo manter a família com o mínimo de tranquilidade e rentabilidade.”

Na maioria dos estados, os caminhoneiros desencadearam a operação tartaruga, o que deixou o tráfego lento. Em outros locais, houve interdições totais ou parciais e queima de pneus.

Em São Paulo, pontos de manifestação afetaram o trânsito após bloqueio de pistas da marginal Pinheiros e da avenida Jacu-Pêssego, na zona leste.

Continuação da pág. A13

O protesto ganhou força por volta das 7h14, quando quatro caminhões, um em cada faixa, passaram a trafegar lentamente pela marginal Pinheiros segurando o fluxo de veículos na pista expressa, sentido Castelo Branco.

A CET (Companhia de Engenharia de Tráfego) informou que não houve nenhum tumulto além da lentidão. Por volta das 9h13, um caminhão segurava o trânsito em uma faixa da direita na avenida Escola Politécnica, também na zona oeste.

No interior, caminhoneiros fizeram protesto em Paulínia, em frente à Replan, uma das principais refinarias do país, e em Bauru, Votorantim e Cravinhos, entre outras cidades.

Em Cravinhos, bloquearam a Anhanguera e pneus foram queimados no sentido interior-capital. O motorista João Alberto Mendes disse que participava do ato por não ver outra possibilidade de reverter a insatisfação do setor. “Todos reclamam, em todos os lugares. Não é possível que todos estejam errados.”

Lopes disse que a queima de pneus representa a revolta do setor e que, se houver reajuste do diesel, a situação pode piorar. “Aí vai virar guerra. Não é isso que nós queremos.” Mantendo a sua política de preços, a Petrobras anunciou que nesta terça-feira (22) faz reajuste de 0,9% no preço da gasolina, que passa a R\$ 2,0687 o litro, e no diesel, de 0,97%. O diesel acumula alta de 12,3% no mês, e deve passar a custar R\$ 2,3716 a litro. A flutuação acompanha a alta do dólar e as cotações internacionais de petróleo.

As rodovias Anchieta (SP-150) e Cônego Domênico Rangoni (SP-248) também tinham pontos de interdição pela manhã, segundo as concessionárias responsáveis pelos trechos.

A CCR Nova Dutra conseguiu, na sexta (18), liminar proibindo a interdição total da Dutra sob multa de R\$ 300 mil por dia. No Paraná, também foi concedida liminar proibindo bloqueios em rodovias sob pena de R\$ 100 mil por hora de interdição.

Segundo a concessionária da Dutra, porém, quatro trechos estavam interditados de manhã—Guarulhos, Lorena, Pindamonhangaba e Jacareí.

Lopes disse que, se houver negociação e a retirada de impostos do diesel, o movimento termina imediatamente. “Tivemos greve em 2013, 2014 e 2015 e não aconteceu nada. O governo criou

grupos de trabalho que não resolveram nada.”

Também foram registrados protestos no Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Ceará, Paraíba, Tocantins, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Pará e Bahia.

Segundo a Abcam, a orientação era não bloquear estradas ou queimar pneus.

Mas bloqueio total ou queima de pneus foram registrados também na BR-116, no Paraná e na Bahia, na BR-101, em Santa Catarina, e no km 513 da Fernão Dias, em Minas.

De acordo com a CNTA (Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos), foram registrados 188 pontos de paralisação no país, sendo 7 no Norte, 38 no Centro-Oeste, 27 no Nordeste, 55 no Sul e 61, no Sudeste.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Editorial

Autor:

Título: Cotações altas do petróleo afetam o País

O rompimento pelos Estados Unidos do acordo com o Irã sobre energia nuclear é o principal motivo para a alta acentuada dos preços do petróleo, segundo os analistas da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A decisão norte-americana deverá afetar a oferta de petróleo do Irã, que hoje exporta 2,4 milhões de barris/dia, o dobro do que exportava antes do acordo nuclear. Um segundo fator de queda da oferta é o recuo acentuado da produção da Venezuela, que já foi um dos maiores exportadores, mas desde

2017 importa petróleo, inclusive para enviar à aliada Cuba, segundo a agência de notícias Reuters.

O Relatório do Mercado do Petróleo de maio da Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês), um organismo da OCDE, notou que a alta das cotações da commodity nos mercados futuros já superava os US\$ 10 o barril desde o início do ano e a demanda global segue firme. A incerteza passou, assim, a dominar o mercado do petróleo, observam os especialistas da IEA, que preveem um período de aproximadamente 180 dias para que os consumidores ajustem suas políticas de aquisição do petróleo às circunstâncias. Os fundamentos do mercado se tornaram menos importantes do que os aspectos geopolíticos. A economia global em crescimento pressiona a demanda e os preços do petróleo, o mesmo ocorrendo com preços dos derivados, pois as refinarias não estão dando conta de atender a toda a demanda.

Estoques comerciais em declínio nos países da OCDE completam um quadro de incertezas sem data para ser corrigido e agravado pela persistência do frio que pressionou o consumo de óleo bruto. O Brasil está em posição relativamente favorável no mercado do petróleo. A produção média deste ano deverá ser de 2,85 milhões de barris/dia (b/d), prevendo-se quase 3 milhões de b/d no último trimestre de 2018. As exportações brasileiras da commodity aumentam e ajudam o balanço de pagamentos. A política de reajuste quase diário dos preços dos derivados é tolerável numa conjuntura de inflação baixa, embora os consumidores estejam reagindo aos preços e a venda de derivados tenha caído nos últimos meses. Mas a combinação de petróleo caro e real desvalorizado pode retardar um pouco mais a retomada econômica, já sujeita a incertezas

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Colunas

Autor: Andreza Matais

Título: Discussão sobre gasolina tenta preservar Parente

Coluna do Estadão

A discussão no governo sobre o preço do combustível envolve uma preocupação: não melindrar o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, que assumiu o cargo há dois anos impondo como condições total independência e zero ingerência política. Qualquer movimento fora do script ele voltaria para casa. E tudo o que o governo não quer é perder um dos seus principais quadros. Um palaciano diz que Temer optou por não convidar Parente para reunião de ontem justamente para evitar a leitura de que há pressões pela mudança na política de preço.

» Um ou outro. O governo está entre a cruz e a espada. Ou desagrada a Pedro Parente ou vai ter de reduzir tributos federais que tenham impacto sobre os combustíveis. Algo que a equipe econômica não quer nem ouvir falar.

» Tá fácil. Os presidentes do Senado, Eunício Oliveira (MDB), e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM), que criticaram no fim de semana os sucessivos reajustes de combustível, defendem a redução de impostos como saída. A interlocutores dizem que o governo não correria o risco de perder Parente.

» Eu me amo. A Petrobrás gastou R\$ 32 milhões com uma campanha publicitária que vai exaltar a moralização da empresa pós-Lava Jato. A peça será veiculada nos próximos dias.

» Nem aí. Enquanto o governo estuda como conter a alta na gasolina, o gasto dos deputados com combustível somou R\$ 54 milhões de 2015 a 2017. O site Ranking Político calculou que daria para rodar o mundo mais de 3 mil vezes.

VEÍCULO: Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Vera Rosa / BRASÍLIA

Título: Temer vai explicitar apoio a Meirelles

O presidente Michel Temer disse a dirigentes do MDB que anunciará hoje apoio à pré-candidatura do ex-ministro da Fazenda Henrique Meirelles ao Palácio do Planalto. A ideia é que Temer aproveite uma reunião do partido, na qual será lançado o documento "Encontro com o Futuro", para deixar clara a desistência de concorrer a novo mandato e fazer um aceno público na direção de Meirelles.

A disputa pela Presidência escancarou, nos últimos dias, a guerra interna no MDB. Desde a semana passada, senadores e deputados pressionam Temer a dizer com todas as letras que não será candidato. A avaliação é a de que a impopularidade do presidente está atrapalhando cada vez mais as campanhas nos Estados.

"O MDB entende que Meirelles pode preencher essa necessidade de uma candidatura de centro", afirmou o presidente do MDB, senador Romero Jucá (RR). "Quem tem dois candidatos não tem nenhum", completou ele. Líder do governo no Senado, Jucá procurou amenizar as divergências no partido. "Com Meirelles, estamos juntando a figura de um outsider no mundo político à experiência de quem já mostrou resultados inequívocos no comando da economia."

A decisão de lançar o ex-titular da Fazenda ao Planalto, no entanto, provocou muita polêmica no MDB e no Planalto. Idealizador da carta-compromisso batizada de "Encontro com o Futuro" – contendo diretrizes para um programa de governo –, **O Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, foi um dos que aconselharam Temer a não retirar agora sua pré-candidatura. Na tentativa de contornar o impasse, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, chegou a defender, nos bastidores, que Temer coordenasse a campanha de Meirelles, ex-PSD e cristão novo no MDB.

Foi o que bastou para a líder do MDB no Senado, Simone Tebet (MS), protestar. Tebet chegou a telefonar ontem para Jucá. Reclamou e disse que a proposta de Marun seria um "suicídio". Na prática, emedebistas querem Temer longe do palanque, com medo de que sua presença contamine a disputa e prejudique os nomes da legenda. "Não existe a possibilidade de o presidente ser coordenador de campanha", argumentou Jucá, tranquilizando a senadora.

Cartilha. Preparado pela Fundação Ulysses Guimarães, dirigida por Moreira Franco, o "Encontro com o Futuro" faz uma defesa enfática do governo Temer e prega uma reforma do serviço público, sem detalhar medidas. Com 48 páginas, a cartilha diz que a opção para os eleitores, neste ano, será "continuar políticas que deram certo, e que estão impulsionando a recuperação da economia, ou voltar às que causaram recessão, desemprego, inflação e aumento da pobreza". O documento vem na esteira de "Uma ponte para o futuro", texto lançado pelo então PMDB ainda no governo da petista Dilma Rousseff.

Em março, Temer afirmou à revista IstoÉ que "seria uma covardia" não entrar no páreo. "Eu preciso mostrar o que está sendo feito. Se eu não tiver uma tribuna, o que vai acontecer é que os candidatos sairão e vão me bater", admitiu ele, na ocasião. No início deste mês, porém, o presidente indicou que recuaria. "Posso não ir para a reeleição (...). Vejo que no chamado centro tem seis, sete, oito candidaturas, o que não é útil", disse Temer à NBR.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política

Autor: Fernanda Nunes, Denise Luna, José Maria Tomazela, Adriana Fernandes, Anne Warth

Título: Alta de 56% no diesel em 10 meses leva a protestos e governo promete medidas

Combustível. Caminhoneiros alegam que forte elevação no preço inviabiliza sua atividade, e querem corte de impostos do diesel; governo fez reunião ontem e voltará a discutir a questão hoje, numa tentativa de pelo menos dar mais previsibilidade aos reajustes

Desde que a Petrobrás iniciou sua nova política de preços para os combustíveis, em 3 de julho do ano passado, o óleo diesel subiu 56,5% na refinaria, segundo cálculos do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE) – passou de R\$ 1,5006 para R\$ 2,3488 (sem contar os impostos). O aumento acompanhou a cotação do petróleo no mercado internacional, exatamente a intenção da estatal. Mas, para os caminhoneiros, essa alta vem tornando sua atividade inviável. E, por conta disso, fizeram ontem um protesto que paralisou estradas em todo o País. O que os caminhoneiros querem é que o governo promova alguma mudança que faça cair os preços do combustível – o pedido é que sejam reduzidos impostos. “Se o nosso transporte é essencial, queremos um preço diferenciado para o diesel no setor de cargas”, disse Diumar Bueno, presidente da Confederação Nacional dos Transportadores Autônomos (não ligados a transportadoras). O governo fez uma reunião ontem à noite para discutir a questão, mas não conseguiu chegar a uma decisão. Hoje, terá mais rodadas de reuniões.

A primeira delas será pela manhã, no Ministério da Fazenda, onde o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, receberá o presidente da Petrobrás, Pedro Parente, e o **Ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**. Eles deverão tentar encontrar uma forma de evitar oscilações tão frequentes no preço da gasolina e do diesel no mercado doméstico. Ontem, o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que a Petrobrás seria chamada a conversar sobre uma maneira de dar mais previsibilidade às variações de preços dos combustíveis. Há, porém, fortes limites ao que o governo pode fazer em relação a esse impasse. A política de atrelar os preços dos combustíveis à variação do petróleo no mercado internacional é um dos pilares da gestão de Pedro Parente na Petrobrás e foi muito bem recebida pelo mercado, ao marcar uma diferença fundamental em relação à administração da empresa no período em que Dilma Rousseff era a presidente da República.

Naquele período, os preços eram seguros para não alimentarem a inflação, e o resultado foi bem ruim para a estatal. Com a nova política, a empresa demonstra ao mercado que possui autonomia e não atua para atender os interesses de governo, mas dos seus acionistas. Mexer nisso agora seria um grande problema para o governo. Reduzir impostos também seria uma saída difícil nesse momento, como deixou claro ontem o ministro Eduardo Guardia. “Uma discussão (sobre a redução da tributação sobre combustíveis) começou no governo, mas não há uma decisão”, disse, em teleconferência com a imprensa internacional. “Não temos essa flexibilidade, em razão da

consolidação fiscal. Optamos por não aumentar impostos, porque a nossa estratégia é de reduzir custos. Mas não temos espaço para cortar tributos no momento.”

Teste. “Esse é o primeiro teste da nova política de preços da Petrobrás. Porque, até então, os preços estavam em baixa. Agora, é um período de continuidade de altas no mercado internacional (ver página B3). Na semana passada, o preço do diesel foi reajustado quatro vezes”, disse o ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e professor do Grupo de Economia da Energia da UFRJ (GEE/UFRJ), Helder Queiroz, que defende um tratamento diferenciado para o diesel e para o gás de cozinha (GLP). Plinio Nastari, presidente da consultoria Datagro, porém, defende a política de preços seguida pela Petrobrás. “Temos de ter consciência de que, no Brasil, não existe combustível fora do preço de mercado. Os preços que estamos observando são os que refletem aproximadamente a realidade de preços internacionais.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: José Maria Tomazela

Título: Caminhões bloqueiam estradas em 19 estados

Caminhoneiros reivindicam preço diferenciado no combustível para o transporte de cargas

Um protesto de caminhoneiros contra o aumento no preço do diesel paralisou ontem rodovias em 19 Estados e no Distrito Federal, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF). Apenas em rodovias federais, a PRF contabilizava 124 pontos com manifestações até o fim da tarde. Para a Confederação Nacional dos Transportes Autônomos (CNTA), houve 127 bloqueios totais ou parciais, incluindo rodovias estaduais de São Paulo e Santa Catarina. A previsão era de que o protesto continuasse hoje. Os caminhoneiros reivindicam preço diferenciado para o transporte de cargas e o fim da cobrança de pedágio para o eixo suspenso, além de melhoria no valor do frete. Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes, os reajustes constantes do diesel nas refinarias e dos impostos que recaem sobre o combustível tornaram a situação insustentável.

“Mesmo com a mobilização marcada, o governo anunciou outro aumento (que entra em vigor hoje). Há correção quase diária, que dificulta a previsão de custos por parte do transportador.” Segundo ele, os protestos estão sendo pacíficos. “Não apoiamos barricadas, nem depredação de patrimônio público.” O presidente da CNTA, Diomar Bueno, disse que a mobilização deve prosseguir por tempo indeterminado. “Vamos continuar até que o governo nos atenda”,

afirmou. De acordo com a Polícia Federal, os Estados com maior número de manifestações eram Paraná, com 20 bloqueios, Rio de Janeiro, com 15 estradas bloqueadas, e Minas Gerais e Bahia, com 14 pontos cada um.

No Paraná, o juiz federal Marcos Josegredi da Silva proibiu a interdição de rodovias, prevendo multa de R\$ 100 mil por hora de bloqueio, mas permitiu protestos em meia pista, desde que o tráfego não fosse interrompido. Em Santa Catarina, houve 9 bloqueios, incluindo rotas de abastecimento das granjas de aves e suínos. Em Mato Grosso do Sul, no acesso a Campo Grande, manifestantes fizeram barricadas com pneus e atearam fogo. Em São Paulo, os caminhoneiros entraram em comboios na capital, causando congestionamentos nas Marginais do Tietê e do Pinheiros e nas Avenidas Escola Politécnica e Jacu-Pêssego. Houve bloqueios em três pontos da Via Dutra, na Fernão Dias, em Atibaia, e no acesso à Refinaria de Paulínia.

Em Jacareí, na Dutra, um caminhão que tentou furar o bloqueio foi apedrejado e teve o pneu furado. Até o fim da tarde, segundo o presidente da CNTA, o governo não havia indicado que abriria negociação. “Acho que o governo vai nos procurar quando o movimento, que já é significativo, ganhar mais corpo. Vai começar a faltar produto”, disse. No Rio Grande do Sul e em Mato Grosso, ainda há soja da safra sendo escoada por rodovias – por onde passam 56% da produção nacional. Com o aumento que entrou em vigor hoje, o preço médio do diesel nas refinarias subiu para R\$ 2,3716.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Fernanda Nunes Denise Luna / RIO

Título: Alta do petróleo está ligada a questões geopolíticas

Crise em produtores como a Venezuela e sanções ao Irã reduzem produção global e elevam preços

A forte alta da cotação do petróleo e dos seus derivados neste ano foi provocada por fatores geopolíticos e a tendência é que os preços se mantenham elevados também nos próximos meses, dizem especialistas. No último dia 17, a cotação atingiu US\$ 80 o barril, o que não acontecia desde novembro de 2014. Ontem, fechou a US\$ 79,22. Com esse crescimento, o setor começa sair de uma crise que durou cerca de três anos, período em que o barril do óleo tipo Brent, negociado na Bolsa de Londres, despencou da casa dos US\$ 100 para US\$ 30. No cenário internacional, a alta do petróleo acompanhou o crescimento da demanda, que superou as expectativas em 1,8 milhão de barris por dia neste primeiro semestre. Aliado a isso, houve problemas em grandes

países produtores. Sem dinheiro para investir, a Venezuela, por exemplo, reduziu sua produção de 2,5 milhões de barris/ dia, em 2016, para 1,5 milhão de barris/dia atualmente.

Ainda pesa a sanção americana ao Irã, que deve representar um corte de mais 250 mil barris/ dia no segundo semestre, podendo chegar a 500 mil barris/ dia no ano que vem. O diretor para a América Latina da consultoria IHS Markit, Ricardo Bedregal, destaca que, em junho, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (Opep) se reunirá para decidir se compensará essa queda da oferta ou se manterá os volumes atuais para que o barril chegue a US\$ 80, decisão especialmente favorável à Arábia Saudita, o maior produtor mundial. A alta do insumo tem efeito direto na receita das petroleiras. A Petrobrás ganha com as exportações de petróleo, venda de combustíveis e de outros derivados nas refinarias brasileiras e de gás natural. Em contrapartida, perde com o pagamento de mais compensações financeiras a governos pela exploração de recursos naturais. “A relação entre oferta e demanda deve permanecer apertada durante todo este ano, provocando a alta da cotação, e pode ter algum alívio no ano que vem.

Se o barril do petróleo permanecer na casa de US\$ 70 será muito bom para a Petrobrás, que assim conseguirá bater com facilidade a meta financeira de redução da dívida para o fim do ano”, diz Bedregal. Efeito. Maurício Tolmasquim, professor da Coppe/UFRJ, destaca que os fatores geopolíticos que motivam a alta do petróleo não vão desaparecer tão cedo. O esperado, portanto, é que a cotação se mantenha elevada. O efeito positivo é que essa alta pode estimular as empresas petroleiras a investir mais para ampliar a produção em países como o Brasil, considerado uma das melhores oportunidades de aquisições no mundo todo.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Márcia De Chiara

Título: Efeito na inflação é pequeno, dizem analistas

O aumento dos preços do petróleo no mercado internacional, com reflexos diretos para o diesel e a gasolina, e a disparada do dólar em relação ao real têm, por enquanto, efeito discreto na inflação deste ano, segundo economistas. Nas contas da consultoria GO Associados, o impacto do dólar e dos combustíveis até o momento é de 0,43 ponto porcentual. Isto é, para um Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) inicialmente projetado em 3,5% para 2018, a inflação subiria para 3,93%. Mesmo assim, o IPCA ainda ficaria abaixo do centro da meta perseguida pelo Banco Central, que é de 4,5% ao ano. “Não é um cenário preocupante, por enquanto, mas é para ser monitorado”, pondera Luiz Castelli,

economista responsável pela projeção. Ele frise que a estimativa é conservadora.

Ele considerou o preço médio de US\$ 74 por barril de petróleo e o dólar a R\$ 3,70. E ambas as cotações estáveis até dezembro. Nas contas da Tendências Consultoria Integrada, o impacto da alta dos combustíveis deve ser de 0,30 ponto porcentual no IPCA deste ano. Por enquanto, Marcio Milan, economista da consultoria, diz que a projeção para o IPCA está mantida em 3,7% para este ano. “A inflação aguenta ‘desaforo’ porque segue muito abaixo do centro da meta de 4,5%”, diz o economista-chefe da MB Associados, Sergio Vale. Ele projeta um IPCA de 3,4% para este ano e não alterou a estimativa por causa do combustível e do câmbio. Os economistas concordam que a fraqueza da atividade impede o repasse de custos para o preço ao consumidor.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes

Título: Governo vai desbloquear R\$ 2 bi do Orçamento

Recursos serão usados para desafogar ministérios, que enfrentam forte restrição de gastos; este ano, R\$ 18 bi do Orçamento foram bloqueados

O governo deve autorizar hoje a liberação de cerca de R\$ 2 bilhões dos mais de R\$ 18 bilhões que estão bloqueados do Orçamento deste ano para desafogar ministérios e órgãos federais que enfrentam forte restrição de recursos. Esse é o número com o qual o governo trabalhava até ontem à noite. Relatório Bimestral de Avaliação de Receitas e Despesas do Orçamento de 2018, que será encaminhado hoje ao Congresso, vai mostrar um aumento da projeção de arrecadação para o ano puxado, sobretudo, pelos recursos com os leilões de petróleo, que devem permitir o alívio orçamentário, segundo fontes da área econômica. Além disso, a arrecadação de tributos em abril surpreendeu positivamente. É no relatório que o governo indica os riscos para o descumprimento da meta fiscal, estipulada em rombo de até R\$ 159 bilhões.

Esse valor não considera os gastos com pagamento da dívida pública. Segundo uma das fontes, o principal fator a garantir o desbloqueio é o resultado dos leilões de petróleo. No último, o governo teve um ganho de R\$ 7,5 bilhões além do que estava previsto no Orçamento. Esse dinheiro compensa a reserva de R\$ 8 bilhões que o governo bloqueou em receitas em caso de frustração com a privatização da Eletrobrás – com previsão de arrecadar R\$ 12 bilhões. No planejamento do governo, está previsto também um leilão adicional em setembro que não estava programado. Preocupação. A visão da equipe

econômica é não deixar o Orçamento represado com um bloqueio além do necessário para não prejudicar o funcionamento da máquina do governo.

O Orçamento já foi feito com despesas praticamente no limite do teto de gasto, que proíbe o crescimento das despesas acima da inflação. O volume de despesas não discricionárias (aquelas que o governo tem liberdade para cortar, como alugueis, por exemplo) é pequeno e não passa de R\$ 125 bilhões. O governo também deve rever para baixo algumas despesas, como as do Fundo de Amparo do Trabalhador, responsável pelo pagamento do abono salarial e do seguro-desemprego. No fim de março, o governo ampliou o bloqueio no Orçamento para R\$ 18,2 bilhões.

O desbloqueio ocorre no momento em que há pressão para a equipe econômica reduzir os impostos sobre os combustíveis para amortecer o impacto dos preços na bomba, que vêm sofrendo forte alteração por conta alta do dólar. O governo também deve anunciar hoje redução na projeção de crescimento da economia em 2018, para 2,5%. “Começamos o ano com as expectativas de mercado apontando para um crescimento de 3%, e agora muitos analistas apontam para um crescimento de 2,5%. Mas precisamos enfatizar que o investimento está crescendo com força”, afirmou o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, em teleconferência com a imprensa internacional. / COLABORARAM EDUARDO RODRIGUES E LORENNA RODRIGUES

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Rodolfo Costa / Hamilton Ferrari

Título: Pressão contra a alta dos combustíveis

A paralisação de caminhoneiros em pelo menos 20 unidades da Federação forçou o governo federal a intensificar os diálogos em torno de medidas para baratear o preço dos combustíveis. Há um grande descontentamento do Palácio do Planalto com a constante alta da gasolina e do diesel nos postos, já que a queda da inflação é um dos principais argumentos do Executivo para reforçar a melhora da economia. Apesar disso, o discurso de redução de tributos, defendido por parte da cúpula do MDB, esbarra no entendimento da equipe econômica, que reforça não ter espaço para cortes de arrecadação.

Depois que várias rodovias foram ocupadas pelos caminhoneiros na manhã e tarde de ontem, o presidente Michel Temer convocou uma reunião de emergência para tratar do assunto. Não é para menos a preocupação da cúpula do Planalto. Os preços elevados da gasolina e do diesel arrocham o orçamento das famílias, comprometem os ganhos de transportadores e nada disso

contribui para uma melhora na imagem eleitoral do MDB.

Os manifestantes pedem redução de impostos sobre o diesel e a gasolina. Também questionam a política de preços da Petrobras, que, seguindo a variação internacional do petróleo e do dólar, resultou em constantes reajustes (veja quadro). A avaliação governista é de que o caminho para reduzir a rejeição e melhorar a popularidade passa, inevitavelmente, das discussões sobre como diminuir os custos desses insumos.

O ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, ressaltou que os aumentos dos combustíveis decorrem de fatores internacionais, como a alta do dólar e do barril do petróleo. Ele se esquivou ao falar sobre a diminuição de tributos e destacou que hoje haverá uma reunião técnica sobre o tema. O encontro será entre os ministros da Fazenda, Eduardo Guardia, e de **Minas e Energia, Moreira Franco**, com a presença do presidente da Petrobras, Pedro Parente, que não participou das discussões de ontem.

“A situação vai ser analisada com responsabilidade. Nós sabemos que uma política equivocada de preços foi uma das razões que quase levaram a Petrobras à bancarrota”, disse Marun. O ministro também refutou a ideia de que haja um conflito entre a equipe econômica e o Planalto. “Não existe divisão. É unânime a preocupação com a questão. O que se busca é a tomada de decisões responsáveis que não venham a agravar o problema”, pontuou.

Previsibilidade

Há um desejo de encontrar mecanismos que garantam mais previsibilidade dos reajustes. “O dólar e o preço do barril de petróleo estão subindo. Por certo, tínhamos que ter aumento dos combustíveis. Mas o presidente quer ver se encontramos um ponto de equilíbrio para trazer aos interessados, brasileiros e transportadoras, mais previsibilidade para o que vai acontecer”, explicou o ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

Antes da reunião, Guardia garantiu a jornalistas estrangeiros, durante teleconferência, que não há espaço no orçamento para redução de tributos. “Todos nós sabemos que não temos flexibilidade do lado fiscal, estamos no meio de um processo de consolidação fiscal”, afirmou. “Não podemos nos dar ao luxo de ter redução nas receitas tributárias neste momento”, alegou. Especialistas em contas públicas também reforçam que a diminuição de impostos será ainda mais prejudicial para as contas públicas.

Há, no entanto, a sinalização do governo em emplacar uma agenda positiva que possa, ao menos, amenizar a insatisfação de consumidores e empresários. Há duas semanas, o presidente Michel Temer pediu que Moreira Franco

encomendasse estudos para viabilizar o barateamento do preço do diesel e da gasolina. Apesar da pressão dos manifestantes, o martelo não deve ser batido tão rapidamente, segundo Padilha. “Ao convocar (a reunião), o presidente mostrou-se preocupado com o aumento constante e disse que gostaria de ver isso resolvido da forma mais rápida possível para o cidadão e caminhoneiros”, destacou.

Cenário atual

O presidente Michel Temer reagiu ao movimento de caminhoneiros em todo o Brasil e decidiu aprofundar as discussões sobre a diminuição de impostos sobre os combustíveis.

» Dor no bolso

Os caminhoneiros protestaram em várias unidades da Federação, exigindo a diminuição da carga de impostos aplicada sobre os combustíveis. Além disso, questionaram os sucessivos reajustes dos preços nas refinarias da Petrobras.

» Pelo país

Os protestos foram registrados no Distrito Federal, em Goiás, na Bahia, no Ceará, em Mato Grosso, em Mato Grosso do Sul, em Minas Gerais, no Pará, na Paraíba, no Paraná, em Pernambuco, no Rio Grande do Norte, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, em São Paulo e Tocantins.

» Lenha na fogueira

Mesmo com a manifestação, a Petrobras anunciou um novo reajuste nos preços da gasolina e do diesel. Confira a variação de valores nas refinarias:

Data	Preço da gasolina (em R\$/Litro)	Preços do diesel (em R\$/Litro)
22/Mai	2,0867	2,3716
19/Mai	2,0680	2,3488
18/Mai	2,0407	2,3302
17/Mai	2,0046	2,3082
16/Mai	1,9686	2,2682
15/Mai	1,9330	2,2236

» Ganhos fundamentais

O governo anunciou o aumento do PIS-Cofins sobre os combustíveis em julho de 2017. Desde então, a Receita Federal arrecadou R\$ 19,065 bilhões, registrando uma alta nominal de 111% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Compare a evolução de arrecadação

com PIS-Cofins sobre combustíveis:

Período de arrecadação		Período de arrecadação	
(em R\$ bilhão)		(em R\$ bilhão)	
Ago/17	1,851	Ago/16	1,072
Set/17	2,227	Set/16	1,206
Out/17	2,784	Out/16	1,193
Nov/17	2,758	Nov/16	1,061
Dez/17	2,359	Dez/16	1,003
Jan/18	2,491	Jan/17	1,177
Fev/18	2,334	Fev/17	1,089
Mar/18	2,261	Mar/17	1,192
Total	19,065	Total	8,993

» Auxílio necessário

Aliada ao Programa Especial de Regularização

Tributária (Pert) das empresas, mais conhecido como Refis, e a melhora da atividade econômica, a alta da tributação foi fundamental para a melhora da arrecadação no segundo semestre de 2016.

Fontes: Petrobras, Receita Federal e especialistas

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Rodolfo Costa / Hamilton Ferrari

Título: Risco no orçamento

Analistas em contas públicas ressaltam que uma possível diminuição da tributação sobre os combustíveis pode ser grave para o orçamento federal. Desde que o governo aumentou as alíquotas do PIS e da Cofins sobre a gasolina, o diesel e o etanol, a arrecadação da Receita Federal subiu consideravelmente. Por isso, a equipe econômica deve tentar evitar que ocorram as perdas com a mudança nos impostos, mas precisará negociar com o Palácio do Planalto, que está de olho nas eleições deste ano.

De agosto de 2017 a março deste ano, as receitas com esses tributos atingiram R\$ 19 bilhões, alta de 111% na comparação com o mesmo período entre 2016 e 2017, quando os ganhos foram de R\$ 8,9 bilhões. De acordo com economistas, a meta fiscal, que é de um déficit de R\$ 159 bilhões, não está sendo ameaçada no momento, mas ainda há possibilidade de frustrações de receitas, como a não concretização da privatização da Eletrobrás neste ano.

A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, declarou que o grau de liberdade do orçamento é bem limitado. “Sabemos que há uma folga para o cumprimento da meta fiscal, mas não sabemos se outras receitas vão efetivamente acontecer. Ou seja, não é o momento de abrir mão de tributos”, alegou. O economista-chefe da Modalmais, Álvaro Bandeira, também vê dessa forma. De acordo com ele, a possível mudança seria uma posição política num momento em que o país enfrenta deficits fiscais graves.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Renato Souza

Título: Manifestações se espalham pelo país

Em protesto contra uma sequência de reajustes no preço do diesel, caminhoneiros interditaram vias em diversos pontos do país ao longo de toda a segunda-feira. A categoria pede que o governo reduza a carga de impostos aplicada sobre os combustíveis. Enquanto os profissionais ocupavam as ruas, a Petrobras anunciou um novo aumento, de 0,97% nas refinarias. É o sexto dia útil de mudanças nos valores desde a semana passada, quando ocorreram altas em cinco dias seguidos.

Os protestos ocorreram em 20 unidades da Federação, segundo a Polícia Rodoviária Federal (PRF), e foram convocados pelas redes sociais e por associações que representam os trabalhadores em todo o país. Os caminhoneiros reivindicam a zeragem da alíquota de PIS/Pasep e Cofins e a isenção da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). De acordo com os caminhoneiros, o diesel representa 42% dos custos relacionados à atividade. De acordo com dados informados pela Petrobras, nos últimos 12 meses, o diesel subiu 15,9% na bomba. O aumento é resultado da nova política de preços da estatal, que repassa para os combustíveis a variação da cotação do petróleo no mercado internacional, para cima ou para baixo.

Segundo o presidente da Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), José da Fonseca Lopes, os reajustes constantes do diesel nas refinarias e dos impostos que recaem sobre o combustível tornaram a situação insustentável. “Mesmo com a mobilização marcada, o governo anunciou outro aumento. Há correção quase diária, que dificulta a previsão de custos por parte do transportador.” Segundo ele, os protestos são pacíficos. “Não apoiamos barricadas, nem depredação de patrimônio público.”

Apenas em rodovias federais, a PRF contabilizou 124 pontos com manifestações. Para a Confederação Nacional dos Transportes Autônomos

(CNTA), houve 127 bloqueios totais ou parciais, incluindo rodovias estaduais de São Paulo e Santa Catarina. A previsão é que o protesto continue nesta terça-feira. No Distrito Federal, motoristas de caminhões guincho seguiram até a Esplanada. Sem autorização para estacionar os veículos no local, eles circularam com faixas e fizeram um buzinaço para pedir o apoio da população. A caminhoneira Elizabeth Maria Martins, de 45 anos, moradora do DF, conta que por conta dos reajustes, teve que elevar o preço do serviço que presta e perdeu clientes. “Nosso trabalho está sendo inviabilizado. Cada vez que o combustível aumenta, temos que repassar isso ao nosso cliente. Eles reclamam do preço, e com razão, ninguém tem que aceitar esse valor abusivo”, afirma.

Em Goiás, vias federais que cortam o estado, como a BRs 020 e 040, no Entorno, foram parcialmente interditadas. No Rio de Janeiro, caminhoneiros protestaram na região metropolitana e na Baixada Fluminense. No Espírito Santo, a BR-101, a mais movimentada do estado, ficou totalmente interditada por cerca de uma hora. A via foi liberada após a Polícia Rodoviária Federal (PRF) negociar com os manifestantes e convencê-los a posicionarem os veículos em apenas uma faixa.

Horas após o movimento ter começado, o presidente da República, Michel Temer, convocou uma reunião de emergência para discutir os constantes reajustes no preço dos combustíveis.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), também resolveram atuar no assunto e convocaram a criação de comissão geral para acompanhar a política de reajustes praticada pela Petrobras. A instalação da comissão deve ocorrer amanhã. Maia disse, por meio das redes sociais, que não está sendo avaliado o congelamento de preços. “São ideias de políticas compensatórias para enfrentar o momento atual. E estão distantes do congelamento de preços que vimos no passado”, afirmou.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Política

Autor: Letícia Cotta

Título: Consumidores reclamam dos aumentos

O brasiliense amanheceu ontem pagando, em média, R\$ 4,46 pelo litro da gasolina nos postos. A reportagem do Correio percorreu 33 estabelecimentos. Encontrou o preço mínimo de R\$ 4,14 na EPTG, e o máximo de R\$ 4,61 na Asa Sul. A bancária Chirly Costa, de 39 anos, é uma das afetadas pela alta do combustível — seis aumentos nos últimos seis dias úteis. “Acho um absurdo, porque a gente tem um país tão rico, principalmente na questão do petróleo. A gente exporta tão barato! Nossa vizinha Venezuela tem um litro de leite valendo mais que um litro de gasolina!”, reclama.

Ela afirma que esses preços tornam as manifestações dos caminhoneiros completamente válidas. “Discordo totalmente desse preço. Aprovo os protestos dos caminhoneiros e também sou totalmente a favor de lutarem pelos direitos deles”, admite.

A servidora pública Carla Santana, 42, é outra motorista que se mostra indignada. “Está um absurdo esse preço, e em todos os postos”, critica. “Acho que os caminhoneiros antes protestavam porque estava barato, agora protestam porque está caro. Se não tivessem protestado antes, talvez não estivesse assim”, questiona.

A vendedora Valéria Barros, 30, acredita que as manifestações de caminhoneiros pela redução do preço do diesel possam impactar na política de preços de combustíveis de uma forma geral. “Alguém tinha que fazer algum tipo de ação, porque já está abusivo demais, né? Mesmo interrompendo as vias, só assim para conseguir atenção”, afirma.

A Petrobras, responsável pela política de preços, explica que o cálculo é feito com base na variação da taxa de câmbio do dólar e do custo do petróleo. Porém, o economista Fábio Bentes afirma que isso não torna as notícias mais palatáveis para os consumidores. “Infelizmente, as notícias não são nada boas. Se formos considerar a nova política de preços da Petrobras, que chegou em julho do ano passado, não vai demorar para a gasolina chegar a R\$ 5”, comenta.

O novo cálculo resultou numa alta de preços, conforme explica o economista. “Se pegarmos o que aconteceu com o preço do petróleo em julho de 2017 para cá, o preço subiu 54%, a gasolina aumentou 21% no mesmo período”, analisa. “Em um cenário otimista, ainda pode subir mais de 25% o preço. E 25% em cima de R\$ 4,30, o preço atual da gasolina, alterna o valor para R\$ 5,37”, afirma. “Portanto, não ser que o preço do petróleo caia, e olha que eu nem apliquei o valor do dólar (alta de 20%), a notícia para o consumidor não é nada boa”, completa.

“O governo terá que ser bem criativo para evitar esse repasse aos combustíveis e a contaminação de demais preços na economia. A inflação está baixa, mas em algum momento o aumento vai impactar nisso”, avalia.

*Estagiária sob supervisão de Roberto Fonseca

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção: Política****Autor: Leonardo Cavalcanti (Interino)****Título: O pulo do governo no plenário da Câmara****Brasília-DF**

Os governistas contam com 25 dos 34 votos na comissão especial responsável por analisar o processo de privatização da Eletrobrás. A previsão de resultado dá a alguns deputados fôlego para uma segunda vitória na sequência, desta vez um pouco mais ousada. A estratégia dos parlamentares favoráveis ao projeto de lei de José Carlos Aleluia (DEM-BA) é pular o plenário da Câmara. Explica-se.

A previsão para a análise definitiva do projeto deve ocorrer em mais duas semanas, ali para os primeiros dias de junho. Mas, em vez de o texto ser remetido para o plenário, os governistas o levariam direto para o Senado, queimando a última etapa entre os deputados. O plano é uma tentativa de evitar controvérsias na principal arena do Congresso, dias antes da Copa e da definição dos nomes do centro ao Planalto. O texto é fundamental para o cumprimento da meta fiscal.

Já que estamos em clima de Mundial, uma metáfora futebolística: ainda é preciso combinar com os russos, no caso, a oposição, e com alguns parlamentares da base receosos da estratégia. É que os contrários à privatização precisam de apenas 52 assinaturas (10% da Casa) para forçar que o projeto passe pelo plenário. A solução para o governo, assim, seria pedir a votação em regime de urgência, logo depois da comissão especial.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Por Estevão Taiar e Fernando Torres | De São Paulo****Título: Petróleo e dólar em alta põem governo sob pressão**

A disparada do preço do petróleo, que coincide com a valorização do dólar ante o real em pleno ano eleitoral, já dá sinais de que pode colocar à prova a política de preços da Petrobras, que desde julho de 2017 vem repassando diariamente as oscilações da commodity para os distribuidores. A alta recente dos combustíveis levou caminhoneiros a paralisarem suas atividades ontem em pelo menos 13 Estados e fez o governo federal começar a discutir o tema.

Antes de entrar em encontro na noite de ontem para debater o assunto o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse que o governo procuraria representantes da Petrobras para falar sobre o tema. "Queremos ver se conseguimos conter a variação no preço dos combustíveis tão contumaz como está acontecendo", afirmou. A reunião convocada pelo presidente Michel Temer teve a presença de ministros da área econômica e energética, foi o segundo encontro em dois dias sobre o tema e terminou sem definições.

Pela manhã, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), defendeu em Porto Alegre "medidas compensatórias no curto prazo" para amenizar os impactos da elevação de preços para setores da economia e o orçamento das famílias. No dia anterior, ele já havia sugerido diminuição da carga tributária, como o fim da Cide.

Já o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse que o país está no meio de um processo de consolidação fiscal e que é preciso ser cauteloso com relação à questão fiscal: "Não podemos ter redução na entrada de recursos fiscais no momento".

Em 12 meses até abril, o preço da gasolina apurado no IPCA aumentou 17,96%, com contribuição de 0,8 ponto percentual para a inflação de 2,8% do período. Já o diesel, com peso menor no IPCA, teve alta de 12,5% nos últimos 12 meses, o que levou o indicador de inflação a subir 0,02 ponto percentual.

O preço médio do litro da gasolina na bomba estava em R\$ 4,25 na segunda semana do mês, e poderia chegar a R\$ 5,10 com o Brent a US\$ 90 e o câmbio a R\$ 3,80, conforme simulação feita pela consultoria Tendências, a pedido do **Valor**. Em um cenário ainda mais estressado, de petróleo a US\$ 100 e dólar a R\$ 4,00, o litro da gasolina vendido nos postos chegaria a R\$ 5,59, conforme estimativa de Walter De Vitto, analista da Tendências.

Considerando os dois cenários acima, o peso no IPCA chegaria a 1,29 ponto percentual caso a gasolina fechasse o ano em R\$ 5,10 ou em 1,83 ponto percentual com o litro sendo vendido a R\$ 5,59.

Apesar de a gasolina A (sem mistura com álcool) representar cerca de 40% do preço final para o consumidor, os aumentos acabam tendo impacto maior, dado que outros componentes do preço também sobem junto. Isso porque o ICMS é cobrado pelos Estados como percentual do preço de venda, e não como um valor fixo por litro em centavos de reais, como é o caso do PIS e Cofins (R\$ 0,61/L) e Cide (R\$ 0,073/L).

O álcool anidro, que entra com 25% na mistura da gasolina C, da bomba, também costuma subir junto com a gasolina A, da refinaria, embora haja

momentos de deslocamento. A parcela cobrada pelos distribuidores e postos, segundo Walter De Vitto, analista da Tendências, é a mais "nebulosa" do preço final da gasolina, dado que o mercado é pulverizado. Segundo ele, costuma haver uma margem de 10% a 15%, mas não existe um padrão muito claro, porque "há aspectos que não são econômicos, mas comerciais ou financeiros."

Ainda segundo o analista, o preço praticado hoje pela Petrobras na refinaria não tem nenhuma gordura ante a paridade internacional, como já existiu no passado.

Apesar do impacto da alta dos combustíveis para a população, De Vitto defende a manutenção da nova política de preços da Petrobras, por entender que quando o combustível fica acima ou abaixo do preço internacional acaba-se prejudicando ou beneficiando algum agente de mercado artificialmente, sem falar nas consequências para a própria estatal. "Se gera ganhadores e perdedores de forma ruim. Além de poder gerar problema para a Petrobras, como aumento no endividamento e menor possibilidade de investir." Uma eventual política de subsídio ao combustível, diz, teria que ser feita com recursos da União, e não usando o balanço da estatal.

Vagner Alves, economista da Mogno Capital, cita também os impactos indiretos, causados, por exemplo, pelo "encarecimento do frete" e pela "maior pressão para reajustar" as tarifas de transporte público. "Esse repasse indireto é diluído em vários meses e difícil de ser calculado com precisão, mas não deixa de ser relevante", afirma. Alves chama a atenção ainda para as fortes altas da gasolina (15,04%) e do diesel (11,8%) registradas nas refinarias em maio. Essas variações, de acordo com ele, devem ser repassadas para o consumidor final até o fim de junho.

Nos cálculos de Flávio Serrano, economista-sênior do Haitong, o preço da gasolina nas refinarias subiu 57,4% e o do diesel teve alta de 55,9% desde que a nova política da Petrobras entrou em vigor.

Para ele, as altas recentes representam basicamente uma correção de rumos, já que, em função da política anterior de reajustes, os preços "estavam defasados em relação" às cotações internacionais. Ele destaca que de julho para cá o câmbio teve uma desvalorização de aproximadamente 12%, enquanto o preço do petróleo subiu cerca de 60%, combinação que pressionou ainda mais o preço dos combustíveis no mercado interno. **(Colaboraram Marcelo Ribeiro, Edna Simão, Lucas Marchesini e Fabio Graner, de Brasília, e Patricia Comunello, de Porto Alegre)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Por Fabio Graner | De Brasília****Título: Dilema entre eleitor e mercado pode não agradar a ninguém**

O governo não tem muita opção se quer mesmo colocar um freio na escalada de preço dos combustíveis: ou sacrifica o fiscal ou a Petrobras. O problema para o time do presidente Michel Temer é que, para fazer qualquer um desses movimentos, será necessário um "duplo twist carpado" em seu discurso sobre a economia.

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, disse ontem em entrevista à imprensa estrangeira que não tem espaço para perder receitas neste momento, dado que o Brasil precisa reduzir seu déficit primário. No lado da Petrobras, o discurso é que os preços têm que acompanhar sua cotação internacional e que, para a melhor saúde financeira da empresa, é necessário que os reajustes, para cima ou para baixo, sejam feitos o mais rapidamente possível.

Enquanto os aumentos de combustíveis são esparsos e ocorrem em anos normais, a reclamação da população é mais contida. Mas quando se combina ano eleitoral e uma sequência de ajustes que incorporam uma intensa desvalorização cambial e um aumento no preço internacional de petróleo, o grau de insatisfação muda de patamar, bem como seus impactos sobre a postura do governo, em especial quando ele é muito mal avaliado.

É nesse ambiente que se deve ler os movimentos de Temer, de pedir estudos sobre o que fazer com a gasolina e o gás e de se reunir com seus principais ministros que têm relação com o tema. No início da noite de ontem, mais uma reunião sobre o tema ocorreu, mais uma vez sem anúncios. Mas politicamente está se criando um ambiente para que algo seja feito.

Na prática, o dilema do governo é passar um sinal negativo para os mercados, em especial em momento de turbulências vindo para o exterior, ou tentar diminuir o mau humor do eleitorado com a situação dos combustíveis.

Ainda que se busquem alternativas que agradem os dois lados dessa história o grande risco para o governo é deixar todo mundo infeliz. Afinal, uma mexida no atual mix de política econômica, goste-se dele ou não, deve injetar mal humor nos mercados. E uma redução pequena dos preços de combustíveis pouco efeito deve ter na pífia popularidade do governo e ainda corre o risco, se houver piora no mercado, de ter efeito colateral por meio de uma deterioração mais acentuada da taxa de câmbio.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Por Fabio Graner, Marcelo Ribeiro e Raymundo Costa | De Brasília****Título: Governo discute redução da frequência de repasses**

Pelo segundo dia seguido, o presidente Michel Temer se reuniu com seus principais ministros para discutir a escalada de alta no preço dos combustíveis. Pressionado pela baixa popularidade e por um movimento de caminhoneiros que subiu o tom e critica a alta do diesel, o encontro de ontem à noite discutiu ideias como a redução da frequência de reajustes e a possibilidade de diminuição da tributação incidente sobre os combustíveis, que, vale lembrar, foi elevada em meados do ano passado.

O encontro terminou sem decisão e com a indicação para que o tema seja discutido ainda hoje pelo ministério da Fazenda com a Petrobras e o **Ministério de Minas e Energia**. Isso porque uma das ideias que surgiu no "*brainstorm*" ministerial foi diminuir a periodicidade de reajustes, hoje diária, para algo em torno de 10 a 15 dias.

Outra alternativa levantada seria reduzir tributos sobre os combustíveis, hipótese que esbarra na restrição fiscal de um país com elevado déficit primário.

As ideias, contudo, são muito mal vistas tanto na equipe econômica quanto na Petrobras, cujo presidente, Pedro Parente, instituiu o atual modelo e o tem defendido enfaticamente, comparando inclusive a gasolina com itens da cesta básica cujas variações de preços não são questionadas, como o feijão. Parente chegou a comentar no passado recente que deixaria o cargo se houvesse mudança na política de reajustes da empresa.

A reunião de ontem foi tratada como de governo, por isso não teve a participação de Pedro Parente. A visão é que a presença dele poderia soar como um constrangimento para a empresa.

Pouco antes do encontro, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, afirmou que o governo busca formas de dar uma resposta ao aumento dos preços dos combustíveis. Em evento para apresentar as ações tomadas pelo governo em relação aos imigrantes venezuelanos, Padilha foi questionado sobre o tema e afirmou que o presidente Michel Temer está "preocupado com o aumento dos combustíveis e procurando uma solução", informação que tem circulado por outras áreas do governo também.

"Queremos ver se conseguimos conter a variação no preço dos combustíveis tão contumaz como está acontecendo. Teremos algo a dizer aos caminhoneiros logo após a reunião", afirmou sem dar detalhes. "Teremos reunião com representantes da Petrobras amanhã para falar sobre isso", acrescentou.

Segundo Padilha, a convocação de uma reunião pelo presidente Temer é o reflexo da preocupação do governo com o tema. "Temos uma política internacional de preços que a Petrobras acompanha diariamente e isso tem dado aumento. O dólar subindo e o petróleo subindo, os dois subindo internacionalmente, por certo, tínhamos que ter um aumento nos combustíveis", disse. "O que vamos tentar agora, e o presidente está presidindo a reunião, é que vamos ver se encontramos um ponto para que possa ter um pouco mais de controle deste processo, para que os maiores interessados, o cidadão brasileiro e também os transportadores, possam ter previsibilidade em relação ao que vai acontecer".

Em teleconferência com a imprensa internacional, realizada na hora do almoço desta segunda, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, foi questionado sobre o assunto e enfatizou que não havia qualquer decisão sobre adoção de medidas na área de impostos sobre os combustíveis ou mudança na política de reajuste de preços.

Guardia enfatizou ainda os problemas fiscais do governo e a dificuldade de se abrir mão de receitas. "O governo brasileiro não tem condições de arcar neste momento com redução de sua receita tributária", disse Guardia, ao lembrar que o país está em meio a um processo de "consolidação fiscal", no qual optou por priorizar o corte de despesas, evitando aumento de impostos.

Vale lembrar, contudo, que em agosto do ano passado o governo subiu a tributação da gasolina, elevando o PIS/Cofins e esperando arrecadar mais R\$ 10 bilhões anualmente. No primeiro trimestre deste ano, segundo dados da Receita Federal, o setor de combustíveis já arrecadou R\$ 16,2 bilhões, ante R\$ 9,6 bilhões gerados aos cofres do governo de janeiro a março do ano passado.

Guardia destacou que o governo está fazendo uma consolidação fiscal em que se esforça para não elevar tributos, buscando reduzir despesas. A fala foi feita após pergunta sobre a discussão em torno de redução de impostos sobre a gasolina. "Não podemos ter redução na entrada de recursos fiscais no momento", afirmou o ministro. "Não temos nenhuma decisão sobre essa questão", complementou o ministro da Fazenda.

Na área econômica, os movimentos feitos por motivação da área política do governo causam preocupação. O temor é que qualquer ação que venha a ser tomada seja vista como perda de responsabilidade fiscal ou de compromisso

com a saúde financeira da Petrobras em um momento no qual a estatal voltou a ter lucro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por André Ramalho | Do Rio

Título: Sinais de interferência levariam à reação na estatal

Embora o governo também acene para reduções nos impostos, há apreensão entre integrantes do conselho da Petrobras. Um conselheiro da estatal afirmou ao **Valor** que sinais de interferência desencadeariam reações. "O governo está subestimando as repercussões dentro da companhia. Se houver sinais de interferência, não tenho dúvida de que o atual conselho se desfaz e o comando da empresa renunciará ao cargo", disse a fonte.

A política de preços da Petrobras entrou no seu maior teste de fogo desde que foi lançada, em julho do ano passado. Ao anunciar que busca solução para conter a escalada dos preços dos combustíveis, **o ministro de Minas e Energia, Moreira Franco**, convocou o presidente da companhia, Pedro Parente, para reunião hoje em Brasília.

As recentes declarações do ministro tem gerado ruídos no mercado. Na sexta-feira, Moreira antecipou que convidaria Parente para que a estatal contribuísse com sua "experiência" sobre o assunto. Questionado se a política de preços da empresa poderia ser revista, disse, na ocasião, que "vamos discutir".

Para o interlocutor ligado à estatal, a afirmação do ministro "é muito grave" e, desde que a Moreira assumiu o MME, o conselho de administração acompanha com "muita atenção" a "tentativas de interferências" na administração da Petrobras.

Ontem, as ações ordinárias da petroleira recuaram 3,32% e as preferenciais caíram 2,73%, em meio à queda do barril do petróleo e às declarações dos líderes do governo de que pretendem buscar solução para os preços. Segundo duas fontes, executivos da Petrobras mantiveram a "rotina normal" ontem. A estatal, inclusive, aumentou em 0,9% o preço da gasolina e em 0,97% o preço do diesel nas refinarias. Procurada, a Petrobras não se posicionou.

A redução da carga tributária é vista hoje como a única alternativa possível para o governo reduzir preços sem passar ao mercado uma mensagem de intervenção na Petrobras. Segundo fontes consultadas pelo **Valor**, no entanto, a margem de manobra federal para reduzir os preços do diesel por meio de ajustes nos impostos é pequena, ante o quadro de déficit fiscal do país.

Para o presidente da Federação Nacional do Comércio de Combustíveis e de Lubrificantes (Fecombustíveis), Paulo Miranda, o governo federal só tem duas frentes para atuar: zerar a Cide e reduzir o PIS/Cofins. Se optar por apenas zerar a Cide, o impacto sobre o consumidor final será pouco relevante, de apenas R\$ 0,10 nos preços do litro da gasolina e R\$ 0,05 no diesel. Ele defende, contudo, que o governo possui hoje uma "gordura" desde que a Fazenda elevou, em meados do ano passado, a alíquota do PIS/Cofins sobre o litro da gasolina e do diesel.

"Se o governo voltasse a praticar os preços que usava antes da revisão das alíquotas, no ano passado, haveria um impacto de cerca de R\$ 0,50 para a gasolina e de R\$ 0,25 para o diesel, só que a um custo de bilhões para o Tesouro. Isso tudo geraria um certo rombo no caixa do governo, mas o fator eleição pode pesar numa decisão", comenta.

O diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), Adriano Pires, também destaca que a solução mais prática que o governo tem em mãos, neste momento, seria zerar a Cide, mas ele também defende que, nesse caso, outras medidas serão necessárias para garantir uma redução maior nos preços finais dos combustíveis.

Para o economista, para que haja um efeito mais efetivo para o consumidor, o governo precisará convocar também os Estados para discutir uma solução, já que o ICMS é o imposto de maior peso na composição dos preços. "Como os Estados e a própria União estão recebendo mais royalties do que esperavam para este ano, pode ser que se sintam mais abertos", disse Pires.

Segundo dados da Petrobras, os impostos representam 45% do preço final da gasolina, sendo que o ICMS é responsável, sozinho, por 29% desse preço, em média. O preço de realização da estatal brasileira nas refinarias, por sua vez, representa 32%. Já no caso do diesel, os impostos respondem por 29% do preço na bomba (16% de ICMS e 13% de PIS/Cofins e Cide). Já o preço da Petrobras nas refinarias equivale a 55% do preço na bomba.

O consultor, assim como Miranda, da Fecombustíveis, propõe que os governos estaduais assumam o compromisso de reduzir também o Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF), definido pelos estados como base de cálculo para cobrança do ICMS. A ideia é que, havendo uma redução nos tributos federais, o PMPF também seja reduzido, o que levaria a uma base de cálculo menor para cobrança de ICMS.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: Por De São Paulo****Título: Autônomos, donos de caminhões paralisam rodovias em 18 Estados**

Caminhoneiros paralisaram atividades e realizaram manifestações contra a política de reajuste do óleo diesel em pelo menos 18 Estados ontem. Os protestos são organizados pela Associação Brasileira dos Caminhoneiros (Abcam), que representa os profissionais autônomos. A entidade informou que cerca de 300 mil donos de caminhões pararam em algum momento as atividades no país.

Desde que a Petrobras mudou a política de reajuste dos preços dos combustíveis e os valores passaram a acompanhar as oscilações do mercado internacional, em julho do ano passado, o diesel já subiu 21,5%.

Os caminhoneiros pedem agora que as alíquotas de PIS/Pasep e Cofins que incidem sobre o diesel sejam zeradas. E também pedem isenção da Cide.

A manifestação afetou o escoamento de grãos, sobretudo cargas destinadas à exportação. Nas rotas entre polos de produção agrícola e os portos, entretanto, o reajuste dos fretes mais do que compensou a alta do diesel neste ano, conforme dados do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq-Log/USP)

Segundo levantamento da Esalq-Log, a valorização do frete para transporte de grãos foi de entre 9% e 12% desde janeiro, a depender do trecho, ante uma alta de 8% do diesel. "O transporte de cargas manufaturadas em geral e o chamado frete de retorno [quando o caminhão volta dos portos com cargas destinadas ao interior do país] está realmente com prejuízo, mas no caso dos grãos houve aumento importante nos preços dos fretes em todas as principais rotas de escoamento, devido à demanda mais aquecida", afirmou Samuel da Silva Neto, economista e pesquisador do grupo.

Ontem a entrega de mercadorias em Itumbiara (GO) e nos portos de Paranaguá (PR) e Santos (SP) foi comprometida, porque as estradas estavam bloqueadas. "Também tenho informações de transportadoras que, mesmo sem relato de problemas em suas rotas, preferiram não tirar os caminhões dos pátios a fim de evitar depredações e outros problemas", disse Neto.

Na BR-163, principal ligação entre áreas produtoras de grãos de Mato Grosso a terminais ao Norte e Sul do país, houve manifestações em Cuiabá, segundo a assessoria de imprensa da concessionária que administra a rodovia.

Mesmo levando em conta o percentual de reajuste do combustível desde julho de 2017, o frete para grãos está compensatório, afirmou Neto. "O combustível representa, em média, 30% do custo de transporte de grãos. Isto é, 21% no reajuste do diesel representaria 6% no custo dos transportadores e a alta dos valores para o frete no período variou acima disso em todas as rotas, remunerando o transportador".

Na cidade de São Paulo, pontos de manifestação afetaram o trânsito na manhã de ontem. Caminhoneiros bloquearam pistas da marginal Pinheiros, na zona sul, e da avenida Jacu-Pêssego, na zona leste. Segundo a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), o trânsito ficou acima da média. O protesto ganhou força por volta das 7h40, quando quatro caminhões, um em cada faixa, passaram a andar lentamente pela marginal Pinheiros, segurando o fluxo de veículos.

A CCR NovaDutra conseguiu na sexta-feira liminar proibindo a interdição total da via Dutra sob multa de R\$ 300 mil por dia. No Paraná, também foi concedida liminar proibindo bloqueios em rodovias sob pena de R\$ 100 mil por hora de interdição. Segundo a concessionária da Dutra, porém, quatro trechos foram interditados pela manhã, em pontos próximos a Guarulhos, Lorena, Pindamonhangaba e Jacareí, no Estado de São Paulo.

No Rio de Janeiro, foram registrados 11 pontos de protestos. Manifestantes se reuniram no acostamento das rodovias BR-101, BR-493 e BR-040, sem realizar bloqueios. "Sou contrário a bloquear estradas, queimar pneu em rodovia, agressão física", diz José da Fonseca Lopes, presidente da Abcam. "Nosso mote principal é tirar esses impostos perversos embutidos no preço do combustível, senão o país vai ficar sem abastecimento, sem alimentação." A rodovia Anchieta (SP-150) e a rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-248) também tinham pontos de interdição pela manhã.

No Paraná, uma das pistas da BR-116 foi interditada no km 67, na região metropolitana de Curitiba. Outro ponto de bloqueio foi em Paranaguá, no km 6 da BR-277.

Em Santa Catarina, um grupo de motoristas ateou fogo em pneus sob um viaduto da BR-101 em Imbituba, no litoral sul. O trânsito não chegou a parar. No Rio Grande do Sul, os atos começaram ainda de madrugada em Gravataí, Taquara e Três Cachoeiras.

A rodovia Fernão Dias foi um dos pontos interditados pelos manifestantes em Minas Gerais. A pista no sentido São Paulo foi fechada no km 513. Também houve manifestações no interior, como Barbacena e Ipatinga. Em Goiânia, cinco rodovias foram interditadas nas cidades de Itumbiara, Catalão, Luziânia, Formosa e Caiapônia.

No interior de São Paulo, caminhoneiros fizeram protesto das 7h30 às 9h30, na rodovia Zeferino Vaz (SP-332), em frente à Replan, uma das principais refinarias do país, em Paulínia. Já em Bauru, o ato ocorreu às margens da rodovia Marechal Rondon, com ao menos 30 caminhões estacionados ao lado de cartazes e faixas de protesto contra a alta do diesel.

Pneus foram queimados por manifestantes em Votorantim, às margens da rodovia Raimundo Antonio Soares. Caminhoneiros bloquearam, no final da manhã, os dois sentidos da rodovia Anhanguera, em Cravinhos, na região de Ribeirão Preto.

No Nordeste, houve protestos no Ceará, na Bahia e na Paraíba. **(Fernanda Pressinott, com agências noticiosas)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Fabio Graner | De Brasília

Título: País aprova sanções ao aço da China, mas suspende a decisão

A Câmara de Comércio Exterior (Camex) aprovou ontem a aplicação de medidas compensatórias, por até 5 anos, às importações brasileiras de laminados planos da China. Mas a decisão não será efetivada porque os ministros decidiram ao mesmo tempo suspendê-la por prazo indeterminado, temendo riscos de aumento de custos e preços na economia brasileira.

"Os ministros ressaltaram que o governo brasileiro não aceita que nenhuma prática desleal de comércio desestabilize os setores produtivos do país e que a decisão de hoje é coerente com aquela tomada pelo Conselho em janeiro de 2018, quando se aplicou e suspendeu, no mesmo ato, o direito antidumping sobre as importações do produto", informou o Ministério da Indústria e Comércio (Mdic) em nota à imprensa.

A decisão foi tomada com base em investigação que constatou que a China subsidia a produção de aço. Mas temendo os impactos negativos que sanções comerciais poderiam causar na economia brasileira, em um momento de recuperação ainda frágil, a Câmara avaliou que é melhor acioná-la caso ocorra um surto de importação de aço futuramente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Por Fabio Graner | De Brasília

Título: Com receita maior, governo deve liberar recursos hoje

O governo deve promover alguma liberação de recursos do orçamento no relatório bimestral de receitas e despesas que será divulgado hoje pelos ministérios do Planejamento e da Fazenda. A liberação ocorre porque houve receitas acima do previsto pelo governo no período, permitindo assim ampliar o espaço de gastos dos ministérios.

No relatório anterior, o governo ampliou em R\$ 2 bilhões, para um total de R\$ 18,2 bilhões, o volume bloqueado de despesas. O montante agora deve ser reduzido em algo próximo do que foi contingenciado a mais no relatório passado. O documento deve também mostrar uma melhora no quadro fiscal geral do governo para este ano.

O governo mantém boa parte de seus recursos bloqueados por conta da incerteza em torno do processo de privatização da Eletrobras, cuja expectativa é de que gere ao menos R\$ 12,2 bilhões aos cofres do governo, se de fato a proposta avançar no Congresso e o leilão conseguir ser executado ainda neste ano.

Apesar disso, o governo já tem surpresas positivas como a arrecadação extra de R\$ 7,5 bilhões no mais recente leilão de petróleo. Esse dinheiro adicional, além de permitir a liberação de parte dos recursos, vai permitir ao governo projetar um resultado primário melhor do que o déficit de R\$ 159 bilhões da meta.

O relatório bimestral deve trazer também uma revisão para baixo do crescimento econômico previsto para este ano. Em entrevista à imprensa estrangeira, o próprio ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, reconhece a revisão, ainda que tenha destacado que os investimentos e o consumo de bens duráveis tenham crescido mais fortemente neste início de ano.

O novo número do PIB, atualmente projetado em 3%, deve ficar em torno de 2,5% número próximo ao previsto pelo mercado. Havia chance de ficar um pouco abaixo desse número. Guardia reforçou que o pior da recessão do país já passou. "Estamos no momento na direção certa", disse o ministro.

Segundo ele, o mercado de trabalho demora um pouco mais para reagir à retomada do crescimento. O ministro disse que, para a economia crescer mais, é preciso aprovar reformas. "Se não aprovamos as reformas até o começo do ano que vem, não tenho dúvidas de que teremos dificuldades de crescer", disse, afirmando que, sem reformas como a da Previdência, será difícil avançar os 3% atualmente previstos para 2019.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Opinião****Autor: Por Maria Clara R. M. do Prado****Título: Greves, petróleo e câmbio**

O governo Temer deve amargar nos próximos meses significativo agravamento em sua taxa de credibilidade. Vai ter de dançar conforme a música, como se diz, tendo de lidar com greves que começam a pipocar por todo o país com sérias consequências econômicas e políticas, além da pressão externa sobre a taxa de câmbio e o preço do petróleo, sem falar na impossibilidade de avançar com as propaladas reformas no Congresso Nacional.

Corre o risco de terminar o mandato da mesma forma como se encerrou o governo do ex-presidente José Sarney. Com praticamente nenhum prestígio, mergulhado em incertezas e limitado a tocar a economia como der, administrando o dia-a-dia na base do "feijão com arroz", conforme ficou conhecida a atuação do Executivo naquele ano de 1989.

A greve dos caminhoneiros autônomos, espalhada por sete diferentes estados da federação, tem implicações negativas sobre o movimento de mercadorias em geral, tanto as que abastecem o mercado interno como as que se destinam ao mercado internacional. Querem aumentos reais de salário e redução no preço do diesel. Este aumentou cerca de 60% em apenas nove meses, no rastro da política realista da Petrobras que decidiu alinhar à cotação externa os preços praticados pelos derivados de petróleo internamente. Note-se, aliás, que novos aumentos para o diesel e a gasolina foram anunciados ontem.

Dada a diversificação da economia, não se deveria esperar grande repercussão negativa da desvalorização do real

A recente alta ocorrida nos preços do petróleo, com perspectiva de se sustentar nos próximos anos, coloca um dilema para o governo: manter a política de aumento dos preços internos ou reintroduzir a política de subsídios que por muitos anos foi largamente praticada no país, com expressivo impacto sobre as contas públicas?

A escolha não é nada trivial e tem tirado o sono das autoridades de outros países emergentes que, à semelhança do Brasil, reduziram subsídios internos embalados pela tendência de queda das cotações do petróleo até recentemente. De um lado, preço dos combustíveis em ritmo de aumento significa mais inflação, além de descontentamento em geral da população e não apenas dos caminhoneiros. Já preços artificialmente achatados trazem sérias complicações fiscais, além de afetar negativamente o valor das ações da

Petrobras, especialmente no momento em que a empresa se esforça para vencer a crise gerada por um mar de corrupção.

A Petrobras com certeza não esperava o movimento de alta do petróleo no exterior. Apesar do barril do tipo Brent (petróleo originário do Mar do Norte e uma referência no mercado) ter recuado da marca dos US\$ 80 da semana passada, o produto continua sendo cotado em alta na bolsa europeia de futuros, baseada em Londres. Em um ano, o petróleo subiu quase 50% no mercado internacional. Pior é a curva altista que tomou conta dos contratos de petróleo negociados para entrega futura.

Com a queda da produção de petróleo da Venezuela - caminha para um milhão de barris por dia, bem abaixo dos 2,3 milhões de barris de 2013 - o mercado perdeu um importante fornecedor. A reeleição de Maduro ajuda a pressionar ainda mais os preços para cima. Outro fator que tem influenciado é o risco de rompimento do acordo com o Irã e eventual volta de sanções ao país por parte dos Estados Unidos. Alguns analistas internacionais notam que a correlação entre a cotação do petróleo e a geopolítica, tão em voga nos anos 70, 80 e 90, está de volta.

Internamente, o quadro pode se complicar. A Federação Única dos Petroleiros tem articulado em prol da paralisação contra o que chama de "desmonte da Petrobras". Dada a incerteza política deste ano eleitoral, não é difícil imaginar o tremendo impacto que a efetivação da greve ameaçada pelos petroleiros teria. Com mobilizações dentro da empresa previstas para esta semana e indicativo de greve para junho, os petroleiros podem retomar a força política já demonstrada em outras ocasiões no passado. Coincidirá, desta vez, com o fato do maior líder sindical do país, ex-presidente e declarado futuro candidato à Presidência da República estar atrás das grades. Obviamente, neste singular ano eleitoral, as greves tendem a ter um peso político mais relevante.

Há outras greves em curso ou em fase de articulação. Os operários da construção civil em São Paulo estão parados há uma semana e há a perspectiva do movimento ter adesão em outros estados. Em suas passeatas e aglomerações, destacam-se cartazes que condenam a prisão de Lula.

Também no ABC a greve voltou a se fazer presente, haja vista a paralisação dos trabalhadores da Mercedes-Benz em São Bernardo do Campo. Outros movimentos se espalham pelo país, como, por exemplo, os que envolvem professores em São Paulo ou metroviários no Rio Grande do Sul.

Já a valorização mundo afora do dólar é outro problema de origem externa, tal e qual o petróleo, com potenciais desdobramentos na economia doméstica. As possibilidades de maior ou menor impacto na economia dependem basicamente

da atuação do Banco Central. Ontem, colheu-se frutos positivos com a queda do dólar em decorrência do reforço das operações de swap cambial.

A rigor, dada a diversificação da economia brasileira, não se deveria esperar grande repercussão negativa da desvalorização do real, tendo em vista dois fatos importantes: a economia ainda se encontra em estado muito lento de funcionamento, o que minimiza o impacto sobre as importações e repasse para os preços internos, e o tamanho das reservas internacionais do país, grande o suficiente para dirimir qualquer receio com perdas cambiais.

No entanto, o câmbio envolve uma forte carga política nos países emergentes. Qualquer deslizamento na atuação da autoridade monetária pode desencadear uma crise de confiança, independente do nível das reservas. A questão cambial, além do componente externo, carrega este ano o fator de insegurança com o resultado da eleição presidencial. Lidar com isso talvez seja o maior desafio de Ilan Goldfajn. Terá de contar consigo mesmo e com a estrutura do BC. O governo Temer em nada o ajudaria a neutralizar o efeito das incertezas políticas sobre o câmbio.

Maria Clara R. M. do Prado, jornalista, é sócia diretora da Cin - Comunicação Inteligente e autora do livro "A Real História do Real". Escreve mensalmente às terças-feiras. E-mail: mclaraprado@terra.com.br

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Renato Rostás | De São Paulo

Título: Consumo brasileiro de aço mantém ritmo de reação

Mesmo com um tropeço em abril, a demanda brasileira por aço continua em recuperação, mostram os números do Instituto Aço Brasil que serão publicados hoje. Em 12 meses, até abril, o consumo aparente de produtos siderúrgicos - a somatória de vendas internas das empresas mais importações - totalizou 20 milhões de toneladas. A última vez que o volume foi tão grande, em comparação anualizada, foi em fevereiro de 2016.

Sazonalmente, abril é um mês mais fraco. Nesta década, apenas em 2013, recorde da procura por aço no país, não houve redução ante março. Mas Marco Polo de Mello Lopes, presidente-executivo do Aço Brasil, diz que o ímpeto do consumo parece ter perdido um pouco do gás, realmente.

"O que sentimos das conversas e das informações que chegam é que o ritmo que o primeiro trimestre apresentava, de efetiva retomada, não se confirmou

mais recentemente", disse ao **Valor**. "Dois pontos de interrogação são essa disparada do dólar e a incerteza enorme quanto às eleições."

A recuperação ainda é desigual. Em aços planos, segue rápida e voltou a ostentar níveis de três anos atrás. Em um ano, até abril, o consumo de planos - bobinas, chapas e semelhantes, destinados aos setores automotivo, de bens de capital e eletrodomésticos - foi de 12 milhões de toneladas. O último ano cheio em que se comprou tanto aço plano no Brasil foi em 2014.

No caso de longos, os passos ainda são curtos. O consumo, na comparação anualizada, até abril, deixou de cair em dezembro. Nos quatro meses deste ano, foram 7,37 milhões de toneladas, maior desde julho do ano passado. Em 2016, como um todo, a demanda por longos - vergalhões, trefilados e outros, usados na construção civil, por exemplo - ainda era maior que esse volume.

"O segmento de longos ganhar um respiro, após atingir o fundo do poço, já é uma boa notícia", diz Lopes. "Setor automotivo impulsiona as vendas de planos como no passado, mas construção agora ajuda um pouco as de longos."

Há ainda um risco de acirramento da concorrência com os estrangeiros no segmento de planos. A importação desse tipo de produto, nos 12 meses até abril, totalizou 1,53 milhão de toneladas, ou 12,7% do consumo.

Por outro lado, a área de longos continua tranquila - em muitos casos, chega a ser até 10% mais barato comprar o vergalhão brasileiro do que trazer o produto do exterior. A importação de longos foi de 400 mil toneladas no ano, ou 5,4% do consumo. A última vez que passou de 10% foi no início de 2017.

Lopes ressalva que no ano passado, das 841 mil toneladas a mais de consumo, 53% foram de crescimento na importação. Até agora, no quadrimestre, o importado atingiu 760 mil toneladas ante igual período de 2017 - aumento de apenas mil toneladas. "É um alívio saber que é as vendas internas que melhoram", diz.

Em abril, o consumo aparente total no país foi de 1,7 milhão de toneladas, 25,9% a mais do que um ano atrás, segundo o Aço Brasil. Em planos, 35,2%, para 1,06 milhão de toneladas, e em longos, de 13%, para 642 mil. As vendas internas atingiram 1,49 milhão de toneladas, expansão de 24,9%, e as importações subiram 32,7%, para 203 mil.

Conforme a entidade, foram produzidas 2,95 milhões de toneladas de aço bruto, 1,9% a mais. As exportações somaram 1,1 milhão de toneladas, aumento de 32,9%.

Lopes pontua que o comunicado conjunto de siderúrgicas da América Latina, divulgado ontem pela Alacero - associação da região -, foi resultado de uma reunião na semana passada em Guarulhos (SP). No encontro, ficou evidente a apreensão das empresas quanto à aplicação de mecanismos de defesa comercial pelos governos. O comunicado pede maior atuação do G-20 no assunto.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por André Ramalho | Do Rio

Título: Cosco planeja ampliar presença no mercado nacional

O estaleiro chinês Cosco quer reforçar sua presença no mercado brasileiro. Em meio à flexibilização da política de conteúdo local, no setor de petróleo e gás, a companhia vê espaço para novos contratos, de olho nas expectativas de crescimento de encomendas de plataformas, ao mesmo tempo que mira também a diversificação de seus negócios para outros setores além da indústria petrolífera.

Em fevereiro, o grupo chinês firmou um contrato de representação comercial com a JVCS Consulting para identificar novas oportunidades de negócios no Brasil. Diretor-fundador da JVCS, Joaquim Vaz conta que o contrato prevê a prestação de serviços de apoio na elaboração de propostas e mapeamento de eventuais parceiros.

Ele explica que, embora não haja planos de que a chinesa se estabeleça, por ora, com um estaleiro no Brasil, o contrato entre a Cosco e a JVCS pode significar um "primeiro passo da chinesa numa relação de mais longo prazo com o mercado brasileiro". A empresa possui onze estaleiros no mundo.

"Com as mudanças nas regras de conteúdo local, que reduziram os percentuais para contratação de plataformas, há uma grande oportunidade para que haja um conteúdo chinês interessante nesses projetos", afirma Francisco Dezen, ex-diretor da Prumo e Enseada Construção Naval e sócio na JVCS.

A Cosco teve nos últimos anos uma participação ativa na área de construção de plataformas. Fez os serviços de detalhamento de engenharia dos cascos das unidades replicantes encomendadas pela Petrobras à Engevix, e prestou serviços de consultoria ao Enseada, no contrato com a estatal para conversão dos cascos das unidades P-74, P-75, P-76 e P-77.

Em meio ao atraso na entrega das plataformas pelos estaleiros nacionais, situação agravada após a eclosão da Operação Lava-Jato, a chinesa foi

subcontratada e assumiu uma série de contratos para construção de parte dos cascos que inicialmente seriam construídos no país. Dos oito FPSOs (plataformas flutuantes) da Petrobras programados para entrar em operação neste ano, seis passaram pela Cosco, seja na conversão do casco, engenharia ou módulos.

Segundo Dezen, a flexibilização da política de conteúdo local contribuiu, mas não foi determinante para a decisão de fortalecer a atuação no Brasil. Ele explica que, como os estaleiros brasileiros, historicamente os principais clientes da companhia no país, estão em dificuldades financeiras, a Cosco quer intensificar o relacionamento comercial com outras empresas. Além da Petrobras e demais petroleiras, que expandiram nos últimos anos sua atuação no Brasil, o grupo chinês quer se aproximar das operadoras que prestam serviços de afretamento de plataformas à estatal brasileira.

"O Brasil é o maior mercado de plataformas offshore do mundo, hoje. É importante que a Cosco tenha uma presença mais forte aqui. O mercado mudou e o Brasil hoje tem uma pluralidade maior de agentes", afirma Dezen.

Além do setor de petróleo e gás, a Cosco mira oportunidades de negócios em outros segmentos. Vaz destaca que um dos investimentos avaliados pelo grupo chinês no Brasil é um projeto de estocagem de grãos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Robbie Whelan, Paulo Trevisani e Bradley Olson | Dow Jones Newswires, da Cidade do México

Título: América Latina muda e atrai maiores petroleiras mundiais

As maiores petroleiras do mundo estão fazendo enormes apostas na América Latina, região rica em petróleo que muitas companhias evitaram, no passado, devido a políticas econômicas restritivas e ameaça de nacionalismo no setor.

Exxon Mobil, Shell e outras empresas participaram de leilões de áreas petrolíferas marinhas no México e no Brasil, de reservas de petróleo de xisto na Argentina e de grandes descobertas na Guiana.

A onda de interesse acontece depois que vários países, inclusive as duas maiores economias da região, Brasil e México, liberalizaram seus mercados, numa tentativa de compensar a queda na produção de petróleo ou dificuldades na área fiscal. As mudanças atraíram a maioria das principais companhias petrolíferas ocidentais.

Para se blindarem dos riscos políticos, Exxon, Chevron e outras empresas firmaram parcerias com estatais

As empresas têm poucas alternativas. A América Latina tornou-se uma das poucas áreas do mundo, fora dos EUA, onde podem encontrar oportunidades lucrativas de abertura de poços. Muitos países com reservas significativas de petróleo e gás, como a Arábia Saudita e o Iraque, geralmente reservam suas melhores oportunidades para suas próprias petrolíferas, ao passo que sanções dos EUA colocam a Rússia e o Irã fora de jogo.

"Toda a grande expansão de reservas disponíveis no mundo está nas Américas", diz Amy Myers Jaffe, especialista em energia no Conselho de Relações Exteriores, em Washington. "O centro do universo petrolífero está indo para lá."

O timing desses primeiros investimentos na recém-aberta América Latina é fundamental, pois estão surgindo preocupações com uma escassez de oferta. O Brent passou dos US\$ 80 o barril, neste mês, pela primeira vez em quatro anos, e a demanda mundial diária da commodity deverá, neste ano, ultrapassar os 100 milhões de barris pela primeira vez, segundo a Administração de Informações sobre Energia, dos EUA.

Mas nem tudo é animador na região. Para muitas empresas, a Venezuela é um caso que recomenda cautela. Sob o governo do ex-presidente Hugo Chávez, há uma década o país expropriou ativos da Exxon e da ConocoPhillips. Apesar de deter as maiores reservas de petróleo do mundo, a produção caiu quase 40% nos últimos cinco anos devido a corrupção, crise de endividamento e subinvestimento.

Alguns observadores veem riscos políticos semelhante em formação no México, agora que o país aproxima-se de uma eleição presidencial, em julho. O esquerdista nacionalista Andres Manuel Lopez Obrador lidera as pesquisas por ampla margem e é contrário à emenda constitucional de 2013 que abriu o setor energético mexicano para investidores estrangeiros e privado. O México firmou 110 contratos com empresas de 20 países, nos últimos três anos, tendo captado mais de US\$ 2 bilhões em receitas, pagamentos de bônus e em investimentos no regime de joint venture com a estatal Petróleos Mexicanos (Pemex).

López Obrador disse que se vencer a eleição não reverterá as novas regras, mas congelará novos leilões de prospecção e produção até que os benefícios dos contratos existentes possam ser reavaliados.

As petrolíferas mundiais deverão investir dezenas de bilhões de dólares na América Latina nos próximos anos, e essas ações fazem parte significativa de

seus planos de crescimento. Executivos da Exxon disseram que as perspectivas no Brasil e na Guiana estão entre os melhores ativos da empresa.

Para se blindarem dos riscos políticos, a Exxon, a Chevron e outras empresas firmaram parcerias com estatais, dizem executivos. A Exxon e a Shell firmaram joint ventures com a Petrobras para poder participar de vários projetos submarinos. A australiana BHP Billiton tornou-se, em 2016, a primeira estrangeira a firmar parceria com a Pemex, associando-se para explorar no Golfo do México.

"Em 2025, [o mundo] demandará suprimento adicional de 25 a 28 milhões de barris/dia", disse Steve Pastor, presidente das operações petrolíferas da BHP. "A pergunta é: onde vamos encontrar essa oferta? Nesse cenário México e Brasil passam a ser relevantes."

A Shell tem sido agressiva na América Latina, conquistando concessões para exploração na costa do México e três numa área muito cobiçada no Brasil. "Lugares como México e Brasil criaram regime fiscal justo e aberto, em que é possível participar de concorrências sob determinados termos", diz Wael Sawan, vice-presidente executivo da Shell para exploração em águas profundas. "É um equilíbrio de força institucional que dá confiança para investir."

Apesar disso, ele reconhece os riscos. "Há, sem dúvida, risco político-econômico. Os dois países realizarão eleições em breve", acrescenta ele. "Vamos observar atentamente, porque isso influencia quanto decidiremos investir no futuro. Mas as eleições, por si só, não são o que fará as coisas penderem para um ou outro lado."

"A América Latina sempre teve excelentes oportunidades de prospecção e produção, mas às vezes é questão de saber o que está prevalecendo: protecionismo ou políticas de mercado", diz Tim Samples, professor da Universidade da Geórgia especialista em legislação para o setor. **(Tradução de Sergio Blum)**

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Por Marli Olmos | De São Paulo

Título: Corpus assina contrato de compra de 200 caminhões de lixo elétricos

Há um ano e meio a coleta de lixo em Indaiatuba, no interior de São Paulo, transformou-se em atração. A Corpus, empresa de saneamento responsável pelo serviço na cidade, começou a testar um caminhão elétrico para recolher e

compactar lixo. O teste deu certo e ontem, a empresa fechou, na China, a compra de 200 caminhões com as mesmas características.

O primeiro lote, de 21 unidades, chegará em setembro. Em volumes semelhantes, entregues anualmente, até 2023 a frota eletrificada estará completa. Fundada em 1987, a Corpus atua nos segmentos de limpeza urbana, destinação de resíduos e gerenciamento de aterros sanitários.

Os veículos serão fornecidos pela BYD, sigla, em inglês, de Build your dreams (construa seus sonhos). A BYD tem uma fábrica em Campinas, inaugurada em 2015 para produzir ônibus elétricos e painéis solares. Mas os caminhões que serão usados para a coleta do lixo serão importados da China. Cada caminhão custará R\$ 1,5 milhão.

No caminhão já testado, duas horas de recarga eram suficientes para oito horas de operação. Além da bateria, produzida pela própria BYD, o veículo conta com um compactador hidráulico.

"Silencioso, o veículo traz benefícios ao meio ambiente bem-estar à população", afirma o diretor de vendas da BYD do Brasil, Carlos Roma. Segundo o executivo, a economia com a operação e manutenção compensa o valor mais elevado que se paga num veículo elétrico em relação a um convencional.

Fundada em 1995, a BYD é a maior fabricante mundial de baterias recarregáveis, sistemas de armazenamento de energia, ônibus e caminhões elétricos. Em 2015, passou a produzir automóveis movidos a eletricidade. Com mais de 220 mil empregados que trabalham em mais de 50 países, a empresa tem entre seus sócios o investidor americano Warren Buffet.

Não é só na coleta do lixo que as montadoras de veículos de carga têm testado novas tecnologias. Há um ano, a Volvo apresentou o primeiro caminhão autônomo desenvolvido no Brasil. O veículo tem sido testado em Maringá (PR), nas lavouras da Usina Santa Terezinha, do grupo Usaçucar, um dos maiores produtores e exportadores de açúcar do Brasil. Ao trafegar sempre na mesma linha, o veículo ajuda a eliminar a perda de produtividade provocada pelo pisoteamento dos brotos pelo caminhão durante a colheita da cana.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Debênture da CPFL Geração

A CPFL Geração aprovou a emissão de até R\$ 1,4 bilhão em debêntures. A operação será dividida em duas séries de igual tamanho, a primeira com prazo de três anos e remuneração de 105,75% do CDI e a segunda de cinco anos e 107,50%. Os recursos serão utilizados para pré-pagamento de dívidas financeiras **(Álvaro Campos)**

MME / ASCOM .